



RELATÓRIO CPA 2025



RELATÓRIO | CPA | 2025



Sumário

1. Apresentação
2. Identificação
 - 2.1 Dados Da Instituição
 - 2.2 Perfil Institucional
 - 2.2.1 Missão
 - 2.2.2 Princípios e Valores
 - 2.2.3 Visão
 - 2.2.4 Objetivos Institucionais
 - 2.2.5 Áreas de Atuação Acadêmica
 - 2.2.6 Metas
 - 2.3 Composição da CPA
3. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional
 - 3.1 Avaliação Institucional
 - 3.1.1 Pressupostos e Princípios da Avaliação Institucional
 - 3.1.2 Dimensões Avaliadas no Projeto Institucional
 - 3.2 Avaliação de Curso
 - 3.2.1 Pressupostos e Princípios da Avaliação de Curso
 - 3.2.2 As modalidades da avaliação do Curso de Graduação da IES
 - 3.2.3 Objetivos
 - 3.2.4 Pontos em destaque no Processo de Avaliação do Projeto do Curso
4. Metodologia do processo de avaliação
 - 4.1 Fases do Processo de Avaliação
 - 4.2 Fluxo do Processo Avaliativo
5. Divulgação dos resultados de autoavaliação dos cursos
6. Ações acadêmico-administrativo e articulação dos resultados externos
7. Desenvolvimento da avaliação
 - 7.1 Eixos e Dimensões da Avaliação Institucional Proposta pelo SINAES
8. Resultados alcançados
9. Metas previstas para 2026 com base na autoavaliação
10. Cronograma
11. Socialização do resultado da avaliação institucional
12. Outras ações desenvolvidas
13. Considerações finais
14. Anexos
 - 14.1 Regimento da CPA

1. APRESENTAÇÃO

A Faculdade Ibiapaba – FACIBI apresenta o Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao ano-base de 2025, correspondente ao sexto ano de seu funcionamento, considerando sua criação por meio da Portaria Ministerial nº 968/2018. Este relatório constitui-se como instrumento formal de prestação de informações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme preconizado pela legislação vigente.

A Avaliação Institucional, em suas dimensões interna (autoavaliação) e externa, é compreendida pela FACIBI como um processo contínuo, sistemático e participativo, fundamental para o aprimoramento da qualidade acadêmica e administrativa. Tal processo subsidia o planejamento institucional, orienta a tomada de decisões e contribui para o cumprimento da missão institucional, especialmente no que se refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, bem como à responsabilidade social da Instituição.

O presente relatório tem por objetivo apresentar a sistematização, análise e interpretação dos dados oriundos das ações de autoavaliação institucional conduzidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em conformidade com as diretrizes, dimensões e indicadores estabelecidos pelo SINAES. As atividades desenvolvidas pela CPA seguem referenciais metodológicos definidos pelo INEP, contemplando instrumentos de coleta de dados, procedimentos de análise e estratégias de devolutiva à comunidade acadêmica.

A Comissão Própria de Avaliação, órgão de natureza autônoma no âmbito da Instituição, possui sua composição, atribuições, mandato de seus membros e dinâmica de funcionamento regulamentados por normativas institucionais específicas, devidamente aprovadas pelos órgãos colegiados competentes e anexadas a este relatório. No exercício de suas funções, a CPA atua com independência em relação aos demais órgãos institucionais, sendo responsável pela coordenação dos processos de autoavaliação, pela consolidação e análise dos dados coletados, bem como pela elaboração e encaminhamento deste relatório ao INEP.

A legitimidade e a efetividade das ações da CPA são evidenciadas pela ampla participação dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica — docentes, discentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil —, assegurando o caráter democrático, participativo e formativo do processo avaliativo. Nesse contexto, a autoavaliação institucional é compreendida como instrumento estratégico para diagnóstico situacional, identificação de potencialidades e fragilidades, e proposição de ações de melhoria contínua.

Considerando o estágio de desenvolvimento institucional, correspondente ao sexto ano de funcionamento, a FACIBI reconhece a necessidade de consolidação e aprimoramento de seus processos acadêmicos, administrativos e de gestão. Nesse cenário, a CPA desempenha papel central na indução da cultura avaliativa, promovendo a integração entre avaliação e planejamento, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Como desdobramento das ações avaliativas realizadas no ano-base de 2025, a Instituição implementou medidas corretivas e propositivas, além de fortalecer programas e projetos institucionais alinhados às políticas acadêmicas. Destaca-se, nesse contexto, o aprimoramento das

ações de curricularização da extensão, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, bem como a continuidade e o fortalecimento do Programa de Iniciação Científica “Saber FACIBI”, desenvolvido semestralmente como estratégia integradora das atividades de ensino, monitoria, pesquisa e extensão.

Dessa forma, o presente relatório consolida-se como instrumento de gestão e de accountability institucional, contribuindo para o aprimoramento contínuo da qualidade da educação superior ofertada pela FACIBI e para o atendimento às exigências dos órgãos reguladores e avaliadores do sistema federal de ensino.

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1 Dados da Instituição

MANTENEDORA

Mantenedora: FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA SERRA DA IBIAPABA LTDA.
CÓDIGO- 16129
CNPJ 18.992.935/0001-67
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO - COM FINS LUCRATIVOS - SOCIEDADE CIVIL
Dirigente Principal da Instituição: MONALIZA DE AZEVEDO VASCONCELOS CAVALCANTE
Endereço: RUA VEREADOR MANOEL FROTA 363. Laurão
CEP: 62 320-325
Município: TIANGUÁ -CE
Fones: (85) 996027879
E-mail: gestão@faculdadeibiapaba.com.br

MANTIDA

Mantida: FACULDADE IBIAPABA
CÓDIGO -18814
Diretor Geral: ORLANDO CAVALCANTE TEIXEIRA JÚNIOR
Diretora Acadêmica pedagógica: PROFA SILVANA DA MOTA GÓIS PORTELA
Endereço: RUA VEREADOR MANOEL FROTA, 363 Laurão
Município: Tianguá Estado: Ceará CEP 62 320-325

2.2 Perfil institucional

2.2.1 Missão

A Faculdade Ibiapaba tem como missão promover o ensino, a pesquisa (iniciação científica) e a extensão, de forma indissociável, com vistas à produção, sistematização e disseminação do conhecimento, bem como à formação integral do sujeito. Busca capacitar profissionais qualificados, pautados em princípios éticos, morais e democráticos, comprometidos com a cidadania, a liberdade e a transformação social.

A missão institucional articula-se diretamente com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), especialmente no que se refere à Dimensão 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional), evidenciando coerência entre os objetivos institucionais, as práticas acadêmicas e as demandas sociais. Como evidências, destacam-se o alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas.

2.2.2 Princípios e Valores

A Faculdade Ibiapaba fundamenta suas práticas institucionais em princípios e valores que orientam suas políticas acadêmicas e administrativas, conforme preconizado nas dimensões avaliativas do SINAES:

- **Democracia:** norteadora da gestão participativa, baseada no diálogo e na construção coletiva, evidenciada pela atuação dos órgãos colegiados e instâncias deliberativas;
- **Solidariedade:** compromisso com a responsabilidade social, conforme a Dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição), promovendo ações voltadas ao desenvolvimento regional;
- **Verdade:** princípio orientador da produção do conhecimento científico, sustentado pelo rigor acadêmico e pela reflexão crítica;
- **Excelência:** busca contínua pela qualidade acadêmica e institucional, alinhada aos indicadores de avaliação externa e interna;
- **Pluralismo:** valorização da diversidade de ideias e concepções, assegurando a liberdade acadêmica e o diálogo interdisciplinar;
- **Respeito à dignidade da pessoa humana:** fundamento das relações institucionais e das políticas de inclusão e permanência;
- **Ética:** princípio transversal que orienta as práticas institucionais e a formação acadêmica;
- **Autonomia:** exercício responsável da liberdade institucional, em conformidade com a legislação vigente;
- **Compromisso institucional:** atuação voltada à formação de profissionais críticos e ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Tais princípios são evidenciados por meio de políticas institucionais, regulamentos internos, práticas pedagógicas e ações extensionistas.

2.2.3 Visão

A Faculdade Ibiapaba projeta consolidar-se como instituição de referência regional no ensino superior, ampliando sua inserção acadêmica e social por meio da inclusão socioeducacional e da incorporação de tecnologias educacionais inovadoras.

A visão institucional está alinhada às tendências contemporâneas da educação superior, especialmente no que se refere à adoção de metodologias ativas, recursos tecnológicos interativos e práticas pedagógicas inovadoras, constituindo indicadores de qualidade no âmbito da Dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão).

2.2.4 Objetivos Institucionais

Em conformidade com o Art. 3º de seu Regimento, a Faculdade Ibiapaba estabelece como objetivos institucionais:

- Promover a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento científico e crítico, evidenciado por meio de atividades acadêmicas e projetos de iniciação científica;
- Formar profissionais qualificados, aptos à inserção no mundo do trabalho e à participação no desenvolvimento da sociedade, conforme indicadores de desempenho acadêmico e empregabilidade;
- Incentivar a pesquisa e a produção científica, contribuindo para o avanço do conhecimento e sua aplicação na realidade social;
- Difundir conhecimentos culturais, científicos e técnicos por meio de práticas pedagógicas, publicações e eventos acadêmicos;
- Estimular o aperfeiçoamento contínuo e a educação ao longo da vida, em consonância com as políticas de formação continuada;
- Promover a integração com a sociedade, mediante prestação de serviços e ações extensionistas, evidenciando a responsabilidade social institucional;
- Desenvolver programas de extensão que assegurem a articulação entre teoria e prática e a difusão dos conhecimentos produzidos.

A consecução desses objetivos é monitorada por meio de indicadores institucionais e processos de autoavaliação conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujos resultados subsidiam o planejamento e a gestão institucional.

2.2.5 Áreas de Atuação Acadêmica

A Faculdade Ibiapaba desenvolve suas atividades acadêmicas por meio da oferta de cursos de graduação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Fisioterapia, Psicologia e Serviço Social, em consonância com as demandas regionais e com as diretrizes estabelecidas no PDI.

A atuação institucional evidencia aderência à Dimensão 2 do SINAES, especialmente no que se refere à articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Como evidências, destacam-se:

- Implementação de programas e projetos integradores;
- Desenvolvimento de atividades de curricularização da extensão;
- Promoção de iniciação científica;
- Realização de ações voltadas ao desenvolvimento regional.

A Instituição orienta suas ações para a melhoria da qualidade de vida da população da Serra da Ibiapaba, promovendo a educação superior articulada à pesquisa aplicada e à extensão.

Adicionalmente, a FACIBI desenvolve políticas de qualificação do corpo docente e técnico-administrativo, evidenciadas por programas de capacitação e formação continuada, alinhadas à Dimensão 5 (Políticas de Pessoal).

As ações acadêmico-administrativas estão estruturadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em articulação com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), sendo continuamente avaliadas por meio dos processos conduzidos pela CPA, garantindo o monitoramento de indicadores de qualidade e a implementação de ações de melhoria contínua.

2.2.6 Metas

	REALIZADO
	EM PROCESSO

OBJETO	METAS	CRONOGRAMA
Desenvolvimento Institucional	Início das atividades acadêmicas em cumprimento da missão institucional, Regimento e documentos que estabelecem os compromissos assumidos pela Faculdade.	ANO I
	Articulação e envolvimento da comunidade acadêmica a respeito do significado institucional do PDI nas políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional.	ANO I a V
	Expansão institucional e credenciamento em EAD, tendo como referencial básico o Plano de Ação definido.	
	Consolidação de práticas institucionais em nível de gestão acadêmico-administrativa, garantindo a articulação e a viabilidade entre PDI e Projeto Pedagógico Institucional	ANO I a V
	Utilização dos processos de autoavaliação e a avaliação externa como referências para revisão permanente das ações da Instituição.	ANO I a V
	Ministrar cursos de graduação e pós-graduação lato sensu que atendam às demandas sociais e às necessidades do mercado de trabalho e da região.	ANO I a V
	Empreender um processo educativo que contribua para o desenvolvimento sustentável da região da Ibiapaba	ANO I a V
	Implantar a política de acessibilidade a fim de garantir o direito e as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, sublinham-se os principais aspectos da legislação vigente e dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais	ANO I a V

OBJETO	METAS	CRONOGRAMA
	Oferta dos Cursos de Graduação em: Bacharelado em Administração Bacharelado em Ciências Contábeis Bacharelado em Fisioterapia Bacharelado em Psicologia Bacharelado em Serviço Social	ANO I
	Implantação de programas que demonstrem a capacidade de acesso e a permanência do estudante.	ANO I a V
	Estabelecimento de critérios de abertura para novos cursos de graduação e para a continuidade dos cursos de graduação existentes.	ANO III
	Ações preventivas para o processo de avaliação externa dos cursos, tais como: - Preparar as coordenações dos cursos de graduação para a visita in loco do MEC, para fins de reconhecimento e de renovação do reconhecimento. - Realizar campanhas permanentes de explicitação, aos estudantes e professores, sobre a importância de realizar a prova do ENADE com responsabilidade.	ANO II
	Credenciar a Faculdade Ibiapaba na Modalidade de Educação a Distância	ANO I a V
	Solicitação de autorização dos cursos de graduação em: - Licenciatura em Pedagogia, modalidade EAD, 80 vagas; - Bacharelado em Enfermagem, modalidade Presencial, 40 vagas; - Bacharelado em Nutrição, modalidade Presencial, 40 vagas; - Bacharelado em Engenharia de Produção, modalidade Presencial. 40 vagas; - Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, modalidade EAD, 80 vagas; - Curso Superior de Tecnologia em Segurança Privada, modalidade EAD, 80 vagas.	ANO V a VII
	Utilizar metodologias didáticas de aprendizagem ativa (PBL, sala de aula invertida etc.) e emprego de avaliação continuada, como forma de verificação das competências desenvolvidas na disciplina.	ANO I a VII
	Incentivo aos egressos para alcançarem melhores resultados nos exames de classes e concursos.	ANO III a VII
	Implementação do Apoio Psicopedagógico para recebimento dos novos estudantes, promoção de dinâmicas de integração e	ANO I a VII

de levantamento de perfil, abrangendo: o pedagógico, o afetivo e o psicossocial e outros que sejam significativos para o processo de aprendizagem.	
Implementação do Apoio Psicopedagógico como estratégia de retenção do potencial egresso.	ANO II
Articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão com base em indicadores de demandas sociais.	ANO I a VII
Implantação de programas que demonstrem a capacidade de acesso e a permanência do estudante.	ANO I a VII
Consolidação da qualidade das diversas atividades de ensino.	ANO I a VII
Construção de programas integrados de extensão, iniciação científica, pesquisa, monitorias e pós-graduação com TCC, estágios supervisionados e outras atividades acadêmicas.	ANO I a V
Incentivo aos egressos para alcançarem melhores resultados nos exames de classes e concursos.	ANO III a VII
Oferta da Língua Brasileira de Sinais, Libras como unidade eletiva das matrizes curriculares dos cursos de graduação e em curso de extensão, com certificação.	ANO II e IV
Inclusão das temáticas direitos humanos, a pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e a superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social em unidades obrigatórias e eletiva das matrizes curriculares dos cursos de graduação e em curso de extensão, com certificação.	ANO I a VII
Alcance sistemático de altos conceitos dos cursos no ENADE	ANO V a VII
Realização do processo de avaliação institucional e avaliação dos cursos.	ANO I a VII
Oferta dos Cursos de Graduação em: • Bacharelado em Engenharia Civil • Bacharelado em Direito	ANO III
Oferta, após aprovação dos órgãos competentes, disciplinas e programas na modalidade de EaD para até 20% (vinte por cento) do tempo previsto de integralização do currículo dos cursos de graduação reconhecidos.	ANO V

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
	Implantação de programas de iniciação científica que demonstrem a capacidade de acesso e a permanência do estudante.	ANO I a VII

Pesquisa

Incentivo a realização de pesquisas nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação da IES que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e científico-tecnológico da Macrorregião da Ibiapaba.	ANO I a VII
Incentivo e valorização de projetos de pesquisa de comprovada relevância social e importância científica.	ANO I a VII
Estímulo e articulação a participação de pesquisadores nos programas dos órgãos de fomento e em assessorias externas.	ANOS II a VII
Indexação nos periódicos produzidos por alunos e docentes	ANOS IV a VII
Estímulo a participação em seminários de pesquisa interdisciplinares e interinstitucionais.	ANOS II A VII
Criação de uma política de inserção de todos os professores dos programas stricto sensu em atividades de pesquisa na graduação	ANO V a VII
Busca de convênios interinstitucionais, interestaduais e internacionais para o desenvolvimento de estudo e pesquisa. Promoção de mecanismos de transferência dos conhecimentos produzidos na pós-graduação stricto sensu para graduação e pós-graduação lato sensu nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação da IES.	ANO V a VII
Incentivo e fomento a programas e projetos de desenvolvimento e inovação tecnológica	ANO V a VII
Elaboração, submissão e aprovação da política de fomento de pesquisa.	ANOS II
Monitoramento e avaliação, anual, da produção científica, tecnológica e a inserção social dos docentes da pós-graduação stricto sensu.	ANO V a VII

OBJETOS**METAS****CRONOGRAMA****Extensão**

Desenvolvimento de ações extensionistas (programas e projetos multidisciplinares) de inclusão social de acordo com as necessidades da Macrorregião da Ibiapaba.	ANO I
Busca de convênios e parcerias com a comunidade, instituições de ensino, entidades governamentais e não governamentais, movimentos sociais para desenvolvimento de ações conjuntas.	ANOS II E III
Divulgação das ações extensionistas como incentivo ao exercício da cidadania e responsabilidade social.	ANOS I E VII

Consolidação da rotina de divulgação, submissão e aprovação de projetos de extensão (editais).	ANOS I E VII
Viabilização da participação de docentes, técnicos administrativos e discentes em atividades de Extensão.	ANOS I E VII
Oferta de cursos de educação continuada.	ANOS I E VII
Oferta de cursos de educação continuada em Língua Brasileira de Sinais – Libras, Direitos Humanos e Justiça Social, Pluralidade étnica, racial, de gênero, Diversidade sexual, Racismo, com certificação.	ANOS I E VII
Envolvimento da comunidade acadêmica no processo de implantação de cultura crítico-reflexiva em torno dos eixos da educação das relações étnicas raciais e história e cultura afrobrasileira, educação ambiental e direitos humanos.	ANOS I E VII
Construção de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social.	ANOS I E VII
Implantação de programas que demonstrem a capacidade de acesso e a permanência do estudante, com ênfase na promoção do intercâmbio acadêmico e cultural.	ANOS I E VII
Realização de fóruns interdisciplinares que enfatizem a discussão dos direitos humanos, a pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e a superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.	ANOS I E VII
Estímulo e fomento a organização de eventos voltados ao resgate da memória cultural local e regional e preservação do patrimônio cultural.	ANOS I E VII
Monitoramento e avaliação, anual, das ações extensionistas.	ANOS I a VII

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
Pós-Graduação	Elaboração de programas de pós-graduação lato sensu em consonância com a demanda apresentada pelas respectivas comunidades externas e interna, coerente com a legislação própria e com a missão da IES.	ANO II
	Oferta de cursos de pós-graduação lato sensu nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação da IES.	ANOS I a VII
	Definição de critérios para a realização de mestrado e doutorado de docentes dos programas stricto sensu nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação da IES.	ANOS V a VII
	Instituir a política de Ensino de Pós-graduação stricto sensu	ANO VII

Promoção da inserção dos docentes dos programas stricto sensu em atividades de pós-graduação lato sensu.	ANO II a VII
Oferta de curso de pós-graduação stricto sensu.	ANO VII
Monitoramento e avaliação, anual, dos programas e cursos de pós-graduação.	ANO I a VII
Promoção de mecanismos de transferência dos conhecimentos produzidos na pós-graduação stricto sensu para graduação e pós-graduação lato sensu nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação da IES.	ANOS I a VII
Monitoramento e avaliação, anual da produção científica, tecnológica e a inserção social dos docentes da pós-graduação stricto sensu.	ANO VII
Elaboração de programas de pós-graduação lato sensu em consonância com a demanda apresentada pelas respectivas comunidades externas e interna, coerente com a legislação própria e com a missão da IES.	ANO I a VII
Oferta de cursos de pós-graduação lato sensu nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação da IES.	ANO I a VII
Definição de critérios para a realização de mestrado e doutorado de docentes dos programas stricto sensu nas áreas de conhecimento da FACIBI.	ANO VII
Oferta de curso de pós-graduação stricto sensu	ANO VII
Monitoramento e avaliação, anual, das ações de ensino de pós-graduação, pesquisa.	ANO I a VII
Utilização dos processos de autoavaliação e a avaliação externa como referências para revisão permanente das ações da Instituição.	ANO I a VII

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
	Implantação do processo de controle acadêmico garantindo plenamente o registro e o controle de informações sobre a vida acadêmica dos alunos.	ANO I
	Instituição da política de internacionalização da IES. Avaliação e aprimoramento contínuo do sistema de gestão acadêmica da graduação e pós-graduação.	ANOS II E V
	Socialização do processo de construção coletiva nos processos de formulação das políticas institucionais, na sua execução e avaliação.	ANOS I a VII

Gestão	Sistematização das informações institucionais para os processos de avaliação externa.	ANOS I a VII
	Monitoramento e avaliação, anual, da gestão institucional e acadêmica.	ANOS I a VII
	Socialização do processo de construção coletiva através da implantação de um modelo institucionalizado de gestão democrática e participativa, estimulando a participação da comunidade acadêmica (estudantes, docentes, técnico administrativo) nos processos de formulação das políticas institucionais, na sua execução e avaliação.	ANOS I a VII
	Aprimoramento contínuo do sistema de gestão acadêmica.	ANOS I a VII
	Sistematização das informações institucionais para os processos de avaliação externa.	ANOS I a VII
	Busca de apoio externo para diagnóstico estratégico.	ANOS II a VII
	Implantação do processo de controle acadêmico garantindo plenamente o registro e o controle de informações sobre a vida acadêmica dos alunos.	ANOS I a VII
	Integração adequada com a mantenedora.	ANOS I a VII
	Implantação do plano de carreira docente e sustentação das titulações e políticas de pessoal docente com critérios de admissão definidos.	ANOS III a VII
	Capacitação do docente em metodologia ativa e avaliação continuada.	ANOS I a VII
	Utilização da avaliação dos discentes, conduzida pela CPA, na avaliação de desempenho para fins de progressão/promoção dos docentes.	ANOS II a VII

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
Profissionais Docentes e Administrativos	Implantação do plano de carreira docente e sustentação das titulações e políticas de pessoal docente com critérios de admissão e progressão plenamente definidos.	ANO VII
	Manutenção do quadro docente adequado ao perfil curricular dos cursos e de acordo com o que preconiza a legislação específica.	ANOS I a VII
	Garantia dos percentuais de titulação e dedicação dos docentes adequadas à legislação vigente.	ANOS I a VII
	Garantia de participação plena de professores e técnicos administrativos nos órgãos colegiados.	ANOS I a VII
	Atualização contínua da documentação dos docentes relativa a contratos de trabalho.	ANOS I a VII

Permanente atualização dos registros da produção intelectual dos docentes.	ANOS I a VII
Viabilização de uma central de documentação docente, que atenda aos requisitos das avaliações externas.	ANOS I a VII
Elaboração de políticas que contemplem a seleção, acompanhamento, avaliação, capacitação continuada, valorização e renovação do corpo docente e técnico administrativo.	ANOS I a VII
Elaboração e implantação de planos institucionais de capacitação do corpo docente e administrativo, de acordo com as áreas de atuação.	ANOS I a VII
Garantia de espaços institucionais (encontros, eventos, confraternizações, celebrações etc.), que promovam a humanização, a eficiência e a qualificação das relações interpessoais da comunidade acadêmica.	ANOS I a VII
Monitoramento e avaliação, anual docente.	ANOS I a VII,

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
Apoio ao Corpo Discente	Implementação do Apoio Psicopedagógico para recebimento dos novos estudantes, promoção de dinâmicas de integração e de levantamento de perfil, abrangendo: o pedagógico, o afetivo e o psicossocial e outros que sejam significativos para o processo de aprendizagem.	ANO II
	Oferta de cursos de extensão “nivelamento” com o propósito de apoiar o discente na superação de possíveis barreiras ao seu aprendizado, potencialização da capacidade de aprendizagem, valorização do seu conhecimento prévio e da sua capacidade de modificar um perfil inicial.	ANO I a VII
	Oferecimento ao corpo discente das instalações e condições adequadas para a participação e a convivência, esporte, arte, cultura e entretenimento.	ANO I a VII
	Garantia de participação plena de estudantes nos órgãos colegiados.	ANO II
	Incentivo a criação e organização do órgão de representação, Diretório Acadêmico, organizados na forma da legislação vigente	ANO II
	Desenvolver amplo projeto de apoio pedagógico e financeiro ao discente.	ANO I a VII

	Subsídios de recursos financeiros e materiais para que os acadêmicos sejam estimulados para a prática de projetos de pesquisa e de iniciação científica, através de bolsas de estudo. Implantação de Programa de Bolsas.	ANO II a VII
	Definição do Programa do Egresso, atividades que contemplem o acompanhamento nas três fases do estudante: ingressante, veterano e egresso.	ANO I a VII
	Implementação do Apoio Psicopedagógico como estratégia de retenção do potencial egresso.	ANO II a VII
	Monitoramento e avaliação, anual, do NAP.	ANOS III a VII

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
Inserção regional / Responsabilidade social	Desenvolvimento de ações que afirmam a preocupação institucional com a questão social e econômica da macrorregião, produzindo e difundindo conhecimentos, visando o desenvolvimento local, para que haja equilíbrio sustentável em busca de justiça social.	ANOS I a V
	Implementação de programas e projetos de caráter integrador, em que a inclusão social e a promoção da cidadania sejam parâmetros balizadores das atividades acadêmicas com o elaborar estratégias que oportunizem a instituição conhecer, planejar e executar ações construtivas da política de responsabilidade social institucional para os seguintes grupos: infância e adolescência, jovens e adultos, idosos, pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais, terceira idade, indígenas, afrodescendentes e grupos sociais vulneráveis.	
	Garantia de acessibilidade e inclusão social de 100% dos estudantes e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial.	
	Implementação de programas e projetos de caráter integrador nas áreas de saúde e meio ambiente.	
	Incentivo a realização de Programas de Especialização e de Educação Continuada que respondam às necessidades regionais.	
	Priorização de projetos voltados para pessoas portadores de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida.	

	Priorização de temas relacionados as questões ética e de responsabilidade social nos cursos de graduação ofertados. Estabelecimento de políticas que garantam a exequibilidade de projetos de pesquisa, seminários e encontros, relacionados com a Ética e a Responsabilidade Social.	
	Fomento de eventos para a comunidade externa em risco social, voltadas à promoção da cidadania.	
	Oferecimento dos serviços de saúde (áreas da Psicologia e Fisioterapia) e assistência social para comunidade ao seu entorno.	
	Elaboração de projetos sustentáveis, incluindo iniciativas de educação ambiental envolvendo a comunidade acadêmica, especificamente a: coleta de lixo seletiva; compra de equipamentos e materiais de consumo que causem menor impacto ambiental; controle no consumo de água e energia; e inclusão de mão de obra local.	
	Instituição da Educação em Direitos Humanos de forma transversal e interdisciplinar em todas as esferas institucionais, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.	
	Implantação de programa voltado para inclusão social e desenvolvimento econômico (bolsas e ações afirmativas).	

OBJETO	METAS	CRONOGRAMA
	Criação de canais de comunicação interna e externo, diversificados, impressos e virtuais divulgando informações de cursos, de programas, da extensão, da pesquisa e de documentos institucionais relevantes.	
	Utilização de tecnologia de informação e comunicação.	
	Fortalecimento da imagem institucional a fim de revelar o perfil acadêmico de natureza inovadora no campo pedagógico na área de saúde para os públicos interno e externo.	
	Garantia de mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, possibilitando o acesso às informações acerca das ações exitosas ou inovadoras, dos resultados da avaliação interna e externa.	
Comunicação	Manutenção da imagem pública da Faculdade, de forma permanente e abrangente, nas mais diversas mídias.	
	Garantia, precisão e periodicidade das informações.	

Utilização de tecnologia de informação e comunicação.

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
Infraestrutura	Implementação da Política de Acessibilidade buscando promover uma infraestrutura livre de barreiras arquitetônicas que garantam o pleno acesso e o bem-estar, além de propiciar excelentes condições de desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.	ANOS I a VII
	Garantia da manutenção patrimonial permanente da infraestrutura física da Faculdade, visando atender às necessidades institucional e dos cursos de graduação e pós-graduação	
	Promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.	
	Investimento contínuo nos laboratórios, acervos bibliográficos, redes de tecnologia e informação e mobiliário e equipamentos especializados.	
	Ampliação da capacidade de atendimento nos Laboratórios de Informática e dos Laboratórios específicos dos Cursos em consonância com as necessidades.	
	Gerenciamento dos espaços administrativos e acadêmicos de modo a garantir o atendimento pleno dos aspectos de demanda infraestrutural quantitativa e qualitativa, em termos de dimensionamento, higienização, iluminação, acústica, ventilação, ergometria, segurança e conservação.	
	Avaliação periódica dos espaços administrativos e acadêmicos.	

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
	Utilização do orçamento em coerência às políticas de planejamento da Instituição.	ANOS I a VII

Sustentabilidade Financeira	Redução de despesas com racionalização e aperfeiçoamento da estrutura organizacional.	
	Captação de novas fontes de recursos e estabelecimento de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas.	
	Alocação de recursos para viabilizar as metas estabelecidas na dimensão políticas de carreiras do corpo docente e administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	
	Destino de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	
	Realização de encontros com instâncias gestoras e acadêmicas para discussão e tomada de decisão acerca das prioridades durante o processo de aperfeiçoamento gestão de recursos orçamentários.	
	Acompanhamento e monitoramento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucional.	

OBJETOS	METAS	CRONOGRAMA
Avaliação Institucional	Manutenção do programa de autoavaliação institucional de responsabilidade da CPA.	ANOS I a VII
	Promoção de intercâmbio permanente com coordenações de cursos, garantindo articulação entre os processos avaliativos do SINAES.	
	Sensibilização da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada para a importância e objetivos da autoavaliação institucional.	
	Diagnóstico da situação real dos Cursos ofertados pela Faculdade, utilizando-se de cadastro e das opiniões da comunidade acadêmica, obtidas por meio de Instrumentos de coleta e da organização de informações.	
	Sistematização das informações institucionais para os processos de avaliação externa.	
	Busca de apoio externo para diagnóstico estratégico.	
	Avaliação e aprimoramento contínuo do sistema de gestão acadêmica da graduação e pós-graduação.	

2.3 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Nos termos do art. 11 da Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), todas as instituições de educação superior, públicas ou privadas, devem constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução dos processos internos de autoavaliação institucional, bem como pela sistematização e prestação das informações requeridas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No âmbito da Faculdade Ibiapaba, a CPA é constituída de modo a assegurar a representatividade de todos os segmentos da comunidade acadêmica — docentes, discentes e técnico-administrativos —, bem como da sociedade civil organizada, sendo vedada a predominância de qualquer segmento em sua composição. Tal diretriz visa garantir o caráter democrático, participativo e plural do processo avaliativo.

Adicionalmente, a CPA exerce suas atribuições com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Instituição, assegurando a imparcialidade, a legitimidade e a transparência dos processos de avaliação institucional.

Abaixo segue a descrição dos Membros da CPA da Faculdade Ibiapaba de acordo com a **PORTARIA INSTITUCIONAL Nº 15/2019**.

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Maria Márcia Lima de Aquino Alencar	Presidente da Comissão Própria de Avaliação
Francisca Bruna Gomes de Aguiar	Representante técnico-administrativo
Humberto de Melo Menezes	Representante Discente
Wesley Almeida Araujo	Representante Discente
Gustavo Oliveira de Araújo	Representante docente
Thamylles França Brasil	Representante docente
Rafaella Marques Vieira	Representante da Sociedade Civil Organizada
Gabrielle Rodrigues Freire Ferro	Representante da Sociedade Civil Organizada

3. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3.1 Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional constitui um processo sistemático de monitoramento e acompanhamento das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pela instituição,

adotando uma abordagem construtiva e orientada à melhoria contínua. Este processo visa à análise crítica do desempenho acadêmico, ao aperfeiçoamento das metodologias pedagógicas e à consolidação da qualidade institucional.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se como instrumento de planejamento e gestão do desenvolvimento da educação superior, em articulação com as diretrizes da Comissão Nacional de Educação Superior (CONAES). A avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento institucional na Faculdade Ibiapaba são, portanto, pautados no seguinte arcabouço legal:

- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação;
- Lei nº 10.861/2004 – SINAES;
- Portaria Ministerial nº 2.051/2004 – Regulamenta o SINAES;
- Portaria Ministerial nº 398/2005 – Operacionalização do SINAES;
- Portaria INEP nº 31/2005 – Procedimentos para organização e execução das avaliações;
- Resolução INEP nº 1/2005 – Comissões Multidisciplinares de Avaliação de Cursos e suas metodologias.

3.1.1 Pressupostos e Princípios da Avaliação Institucional

A avaliação institucional é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão integrante da estrutura organizacional da Faculdade Ibiapaba, subordinado à Direção Geral. Seu objetivo central consiste na análise crítica das metodologias acadêmicas, na avaliação de propostas institucionais e na identificação de oportunidades de aprimoramento, visando à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, bem como dos serviços prestados à comunidade.

A autoavaliação é concebida não apenas como requisito normativo, mas como um instrumento estratégico e pedagógico, orientado à construção de um sistema de excelência educacional, cujos benefícios primários são direcionados à sociedade cearense. O processo se caracteriza pelo fornecimento de informações qualificadas à gestão, permitindo a análise detalhada de: estrutura organizacional, serviços prestados, percepções da comunidade acadêmica, problemas, potencialidades e a percepção social sobre a atuação institucional.

O caráter da avaliação é, portanto, duplo:

- **Acadêmico:** permite o aprimoramento das atividades docentes e discentes;
- **Pedagógico:** fomenta a criação de uma cultura institucional voltada à eficiência, qualidade e melhoria contínua dos serviços educacionais.

A participação é ampla e envolve todos os cursos, setores e segmentos da comunidade acadêmica. As atividades avaliativas contemplam:

- Autoavaliação do corpo gestor, docente e discente;
- Avaliação das turmas pelos docentes;
- Avaliação do curso pelos estudantes, incluindo a coordenação;
- Avaliação do docente pela coordenação do curso.

A Política de Avaliação Institucional da Faculdade Ibiapaba orienta-se pelas seguintes diretrizes:

- Mobilizar a comunidade acadêmica para reflexão sobre sua função social, promovendo autocrítica e compreensão da realidade institucional;
- Estimular o comprometimento com atividades científico-políticas e sociais desenvolvidas pela instituição;
- Consolidar uma cultura de avaliação contínua, entendida como estratégia pedagógica e de gestão.

3.1.2 Dimensões Avaliadas no Projeto Institucional

O processo avaliativo institucional considera as seguintes dimensões:

1. Missão, objetivos e metas institucionais;
2. Políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, incluindo estímulo à produção acadêmica (bolsas de pesquisa, monitoria e demais modalidades);
3. Responsabilidade social da instituição, contemplando inclusão social, desenvolvimento econômico e social, preservação ambiental, patrimônio cultural e memória histórica;
4. Comunicação institucional com a sociedade;
5. Políticas de pessoal, carreiras docente e técnico-administrativa, capacitação e condições de trabalho;
6. Organização e gestão institucional, funcionamento e representatividade dos colegiados, autonomia e participação nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física e tecnológica, laboratórios, biblioteca e recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação institucional, incluindo eficácia do processo de autoavaliação;
9. Políticas de atendimento ao estudante;
10. Sustentabilidade financeira da instituição.

3.2 Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso, componente da Avaliação Institucional, é conduzida pela CPA, em articulação com a coordenação, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado do curso. Esse processo contempla investigação das práticas pedagógicas e administrativas, metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem, desempenho do corpo docente, infraestrutura de biblioteca e atendimento ao estudante.

3.2.1 Pressupostos e Princípios da Avaliação de Curso

A avaliação de curso segue os princípios do SINAES, estruturada em etapas consecutivas e interdependentes:

1. **Sensibilização da comunidade acadêmica:** garante adesão e participação;
2. **Diagnóstico multidimensional:** construção de indicadores quantitativos e qualitativos;
3. **Avaliações internas e externas:** conduzidas pela CPA e por comissões designadas pelo MEC/INEP;
4. **Reavaliação:** análise das informações obtidas e recomendações das avaliações interna e externa;
5. **Reformulação do projeto pedagógico:** implementação de medidas de melhoria apontadas pelo processo avaliativo.

3.2.2 Modalidades de Avaliação do Curso

- **Autoavaliação:** coordenada pela CPA, orientada pelas diretrizes da CONAES e pelo roteiro de autoavaliação institucional;
- **Avaliação externa:** realizada por comissões do INEP/MEC, com referência aos padrões de qualidade da educação superior e aos relatórios de autoavaliação.

3.2.3 Objetivos

- Diagnosticar condições de desenvolvimento das atividades do curso, identificando lacunas e oportunidades de melhoria;
- Avaliar conteúdos programáticos, metodologias e desempenho docente;
- Gerar resultados que subsidiem decisões estratégicas e operacionais para a melhoria da qualidade do ensino.

3.2.4 Pontos em destaque no processo de avaliação do curso

- Formação humanística articulada à cidadania, democracia e justiça social;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Integração entre teoria e prática;
- Incorporação da pesquisa como princípio formativo;
- Vivência de gestão democrática;
- Desenvolvimento de responsabilidade social e política docente;
- Levantamento do nível de satisfação dos docentes e discentes;
- Realização de pesquisas de satisfação, expectativas e perfil socioeconômico dos estudantes;
- Avaliação contínua do corpo docente e da infraestrutura administrativa.

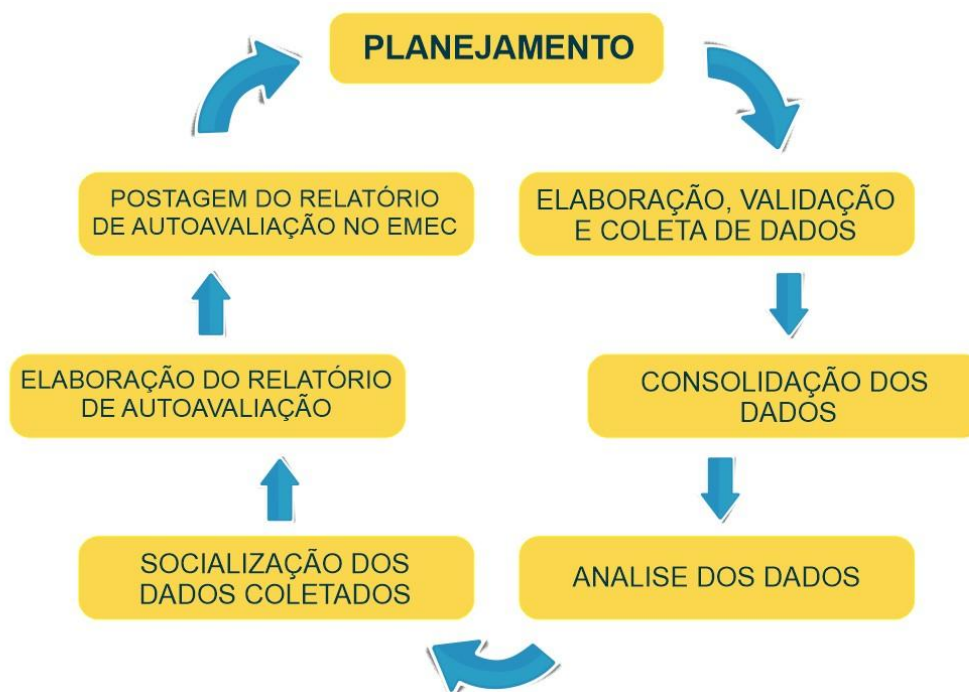
4. METODOLOGIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A metodologia da avaliação institucional contempla a participação dos docentes e estudantes nos órgãos colegiados e segue os princípios de globalidade, legitimidade, aceitação e adesão, estruturando-se nas seguintes etapas:

1. **Sensibilização:** promoção de eventos e seminários para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da avaliação;
2. **Aplicação da avaliação:** coleta de dados sobre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, corpo docente, gestão e infraestrutura;
3. **Diagnóstico:** organização e análise de informações sobre missão, projetos pedagógicos, estrutura funcional, currículo, desempenho discente e docente, indicadores de admissão, evasão e reprovação;
4. **Avaliação interna:** análise crítica das informações coletadas, elaboração de relatórios e validação com coordenações de curso;
5. **Reformulação e difusão:** avaliação das propostas de melhoria, tomada de decisões, elaboração e publicação do Relatório Final de Avaliação Institucional.

O processo é conduzido de forma participativa, garantindo a integração de todos os setores da instituição, e orientado pelo compromisso com a excelência, a melhoria contínua e a sustentabilidade das ações educacionais.

4.2 Fluxo do Processo Avaliativo



5. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS

Os resultados da autoavaliação dos cursos são consolidados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) por meio da elaboração de um **Relatório Parcial**, fundamentado na análise documental, nos relatórios setoriais e na avaliação dos questionários aplicados a gestores, docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade. Este Relatório Parcial é submetido aos respectivos cursos e setores da Instituição para **revisão e validação**, garantindo a confiabilidade e a consistência das informações coletadas.

Todos os comentários e sugestões recebidos são analisados pela CPA, que, posteriormente, procede à elaboração do **Relatório Final**. A versão completa deste relatório é encaminhada à **Direção Geral**, aos **Colegiados de Curso**, aos **Coordenadores de Curso**, aos setores administrativos e aos representantes discentes. Paralelamente, uma versão resumida é disponibilizada no **site institucional** e divulgada em murais, banners, áreas de convivência, laboratórios e biblioteca, com o objetivo de assegurar a **socialização dos resultados junto à comunidade acadêmica e externa**.

Este procedimento constitui a **metaavaliação institucional**, permitindo que os representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica analisem o próprio processo e os resultados da autoavaliação. A metaavaliação fornece subsídios para a tomada de decisões estratégicas e orienta a definição de medidas corretivas ou aprimoramentos necessários.

6. AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS E ARTICULAÇÃO COM RESULTADOS EXTERNOS

A partir da análise integrada dos resultados das avaliações internas e externas dos cursos, considerando diversos indicadores de desempenho, a Faculdade Ibiapaba identifica caminhos para o aprimoramento das ações acadêmico-administrativas.

Neste contexto, destacam-se as seguintes medidas a serem implementadas:

- **Intensificação do programa de formação continuada e qualificação docente**, visando à atualização pedagógica e à excelência no exercício das atividades acadêmicas;
- **Maior engajamento do corpo docente na elaboração e revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso**, promovendo alinhamento entre teoria e prática e garantindo a coerência curricular;
- **Revisão dos critérios para composição e qualificação do quadro docente**, em níveis de graduação e pós-graduação, assegurando a adequação às exigências acadêmicas e normativas;
- **Incorporação de metodologias inovadoras** para o ensino, pesquisa e extensão, promovendo a melhoria contínua da qualidade acadêmica;
- **Aprimoramento da infraestrutura disponível a docentes e discentes**, incluindo laboratórios, bibliotecas, recursos tecnológicos e espaços de convivência;
- **Fortalecimento da interação entre a Direção e os representantes estudantis**, garantindo maior participação e transparência nos processos decisórios.

Estas ações refletem o compromisso da instituição com a **gestão baseada em evidências**, a melhoria contínua e a promoção da excelência acadêmica, alinhadas às demandas internas e às recomendações provenientes dos processos de avaliação externa.

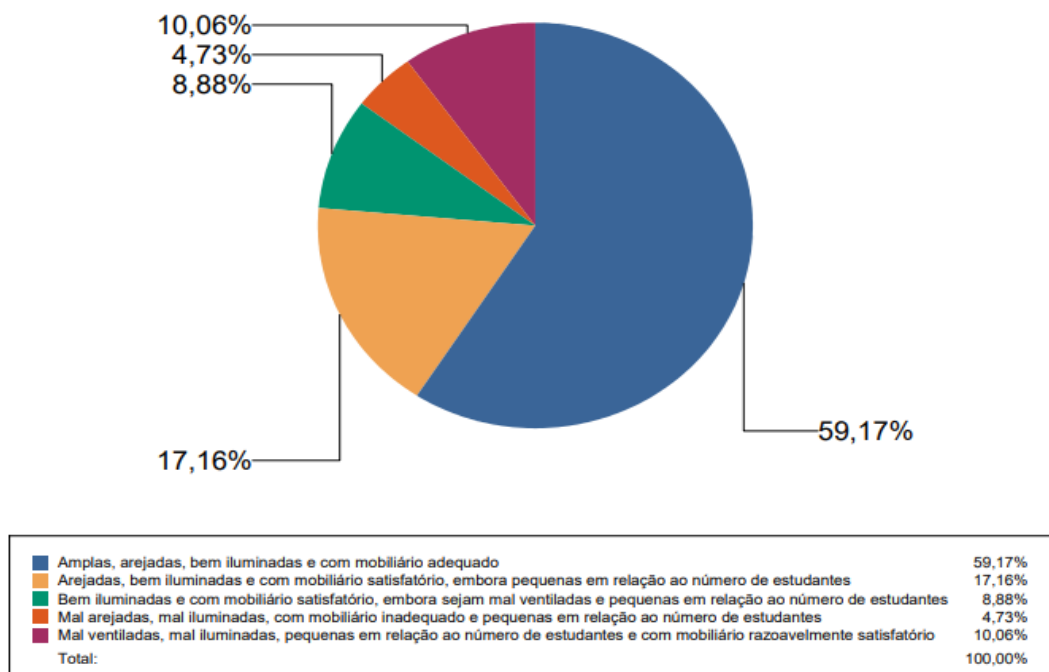
7. DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO

EIXOS E DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PROPOSTA PELO SINAES

Eixo	Dimensão	Questões contempladas na avaliação institucional
Planejamento e avaliação institucional	Planejamento e avaliação	13,14,16,17,18,19,20,21,22,26,28
Desenvolvimento Institucional	Missão e PDI Responsabilidade Social	13,16,26,29
Políticas Acadêmicas	Políticas de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação Comunicação com a sociedade Políticas de atendimento aos estudantes	02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,15,16,20,25,26,28,29,30
4-Políticas de Gestão	Políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e técnico administrativo Organização da gestão da IES. Sustentabilidade Financeira	01,03,07,11,12,17,18,19,20,21,22.
5-Infraestrutura	Infraestrutura física	01,02,04,05,06,07,09,10,11,12,14,15,23,24,25,26,27

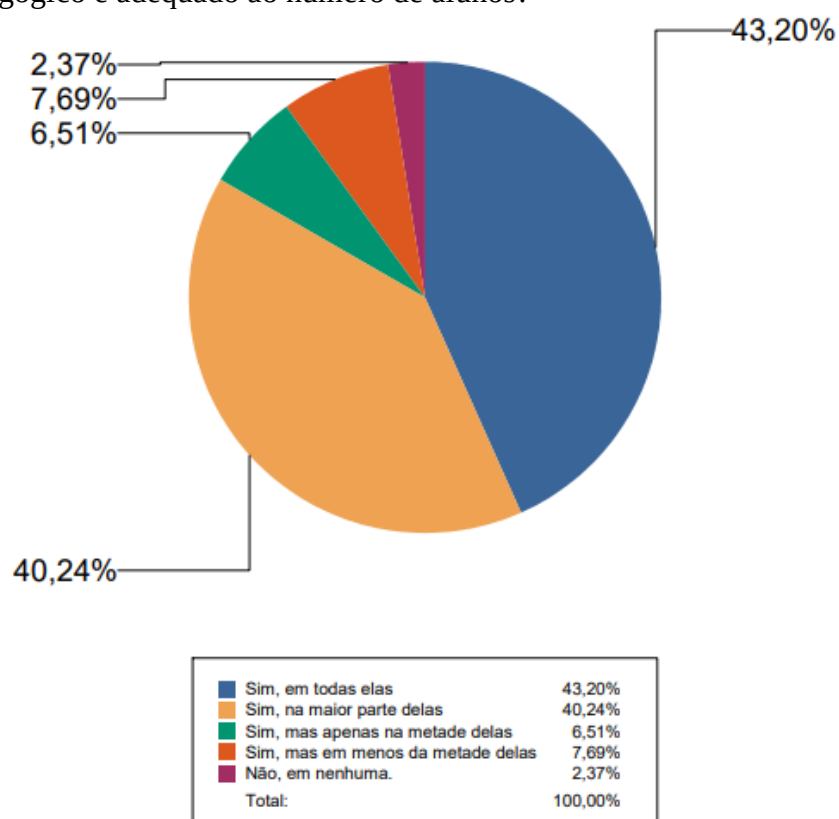
8. RESULTADOS ALCANÇADOS.

1 – Como são as instalações físicas (salas de aula, laboratórios, ambientes de trabalho/estudo) utilizadas no seu curso?

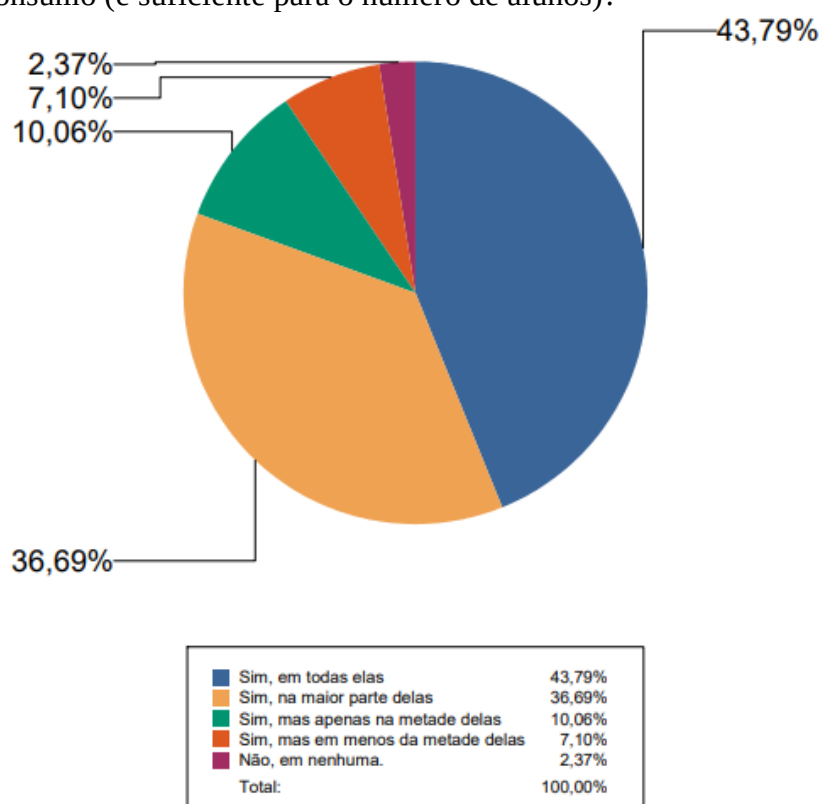


Nas questões 02 a 06, indique como você considera as aulas práticas em relação aos aspectos mencionados a seguir:

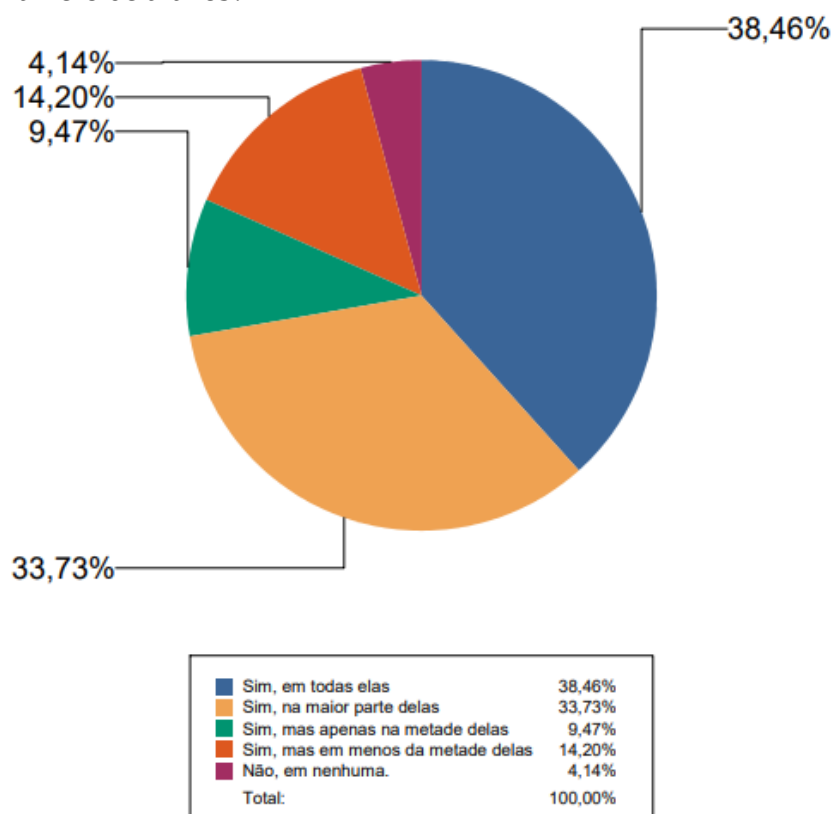
2 – O espaço pedagógico é adequado ao número de alunos?



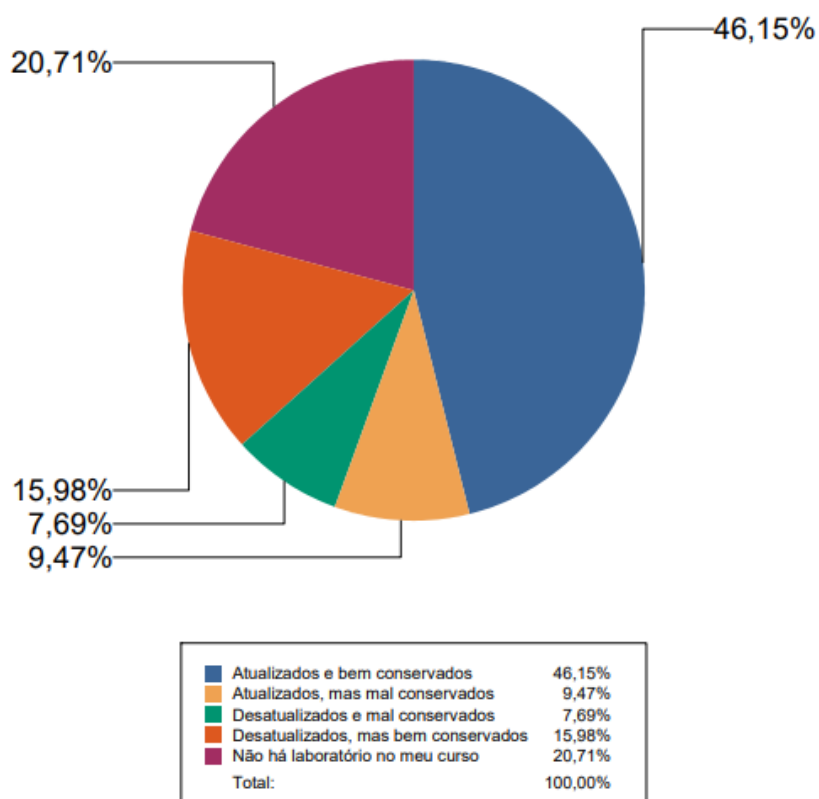
3 – A matéria de consumo (é suficiente para o número de alunos)?



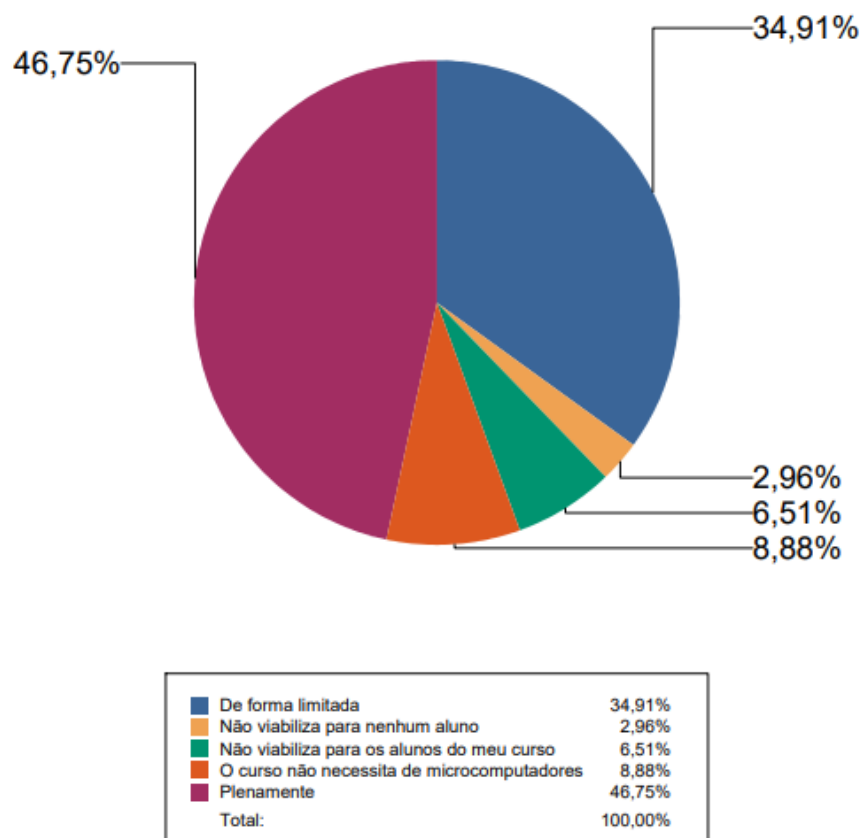
4 – Os equipamentos (Data Show, computadores etc.) disponíveis são equitativamente suficientes para o número de alunos?



5 – Como estão os equipamentos de laboratório utilizados no seu curso?

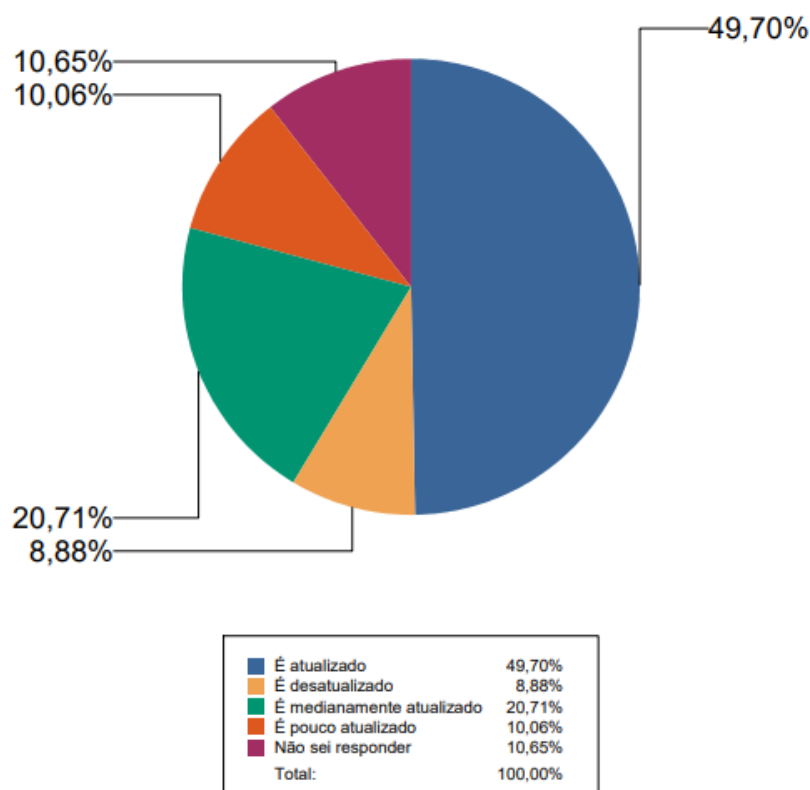


6 – A quantidade de computadores ofertados pela faculdade atende às necessidades do curso?

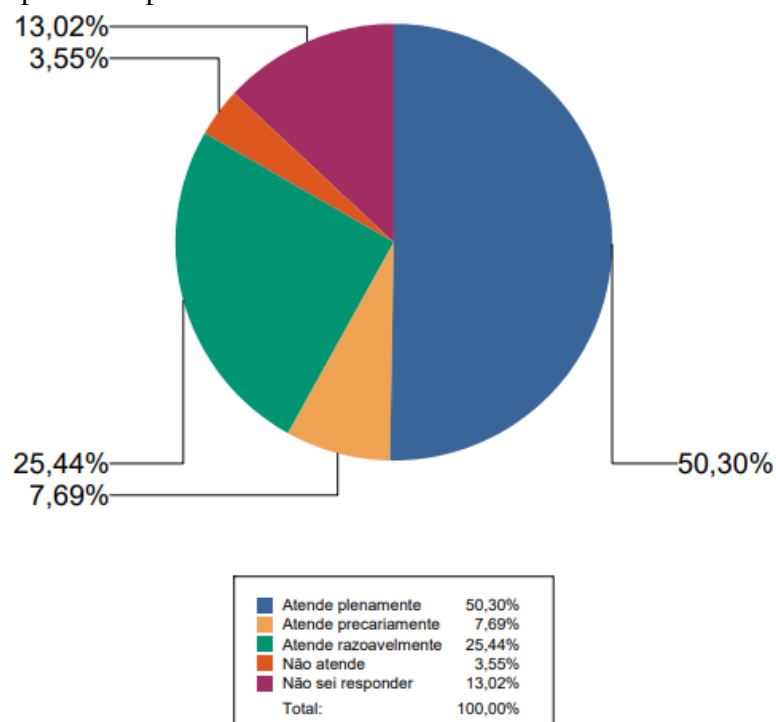


Nas questões 07 a 10. Avalie as condições da biblioteca em relação aos aspectos mencionados a seguir:

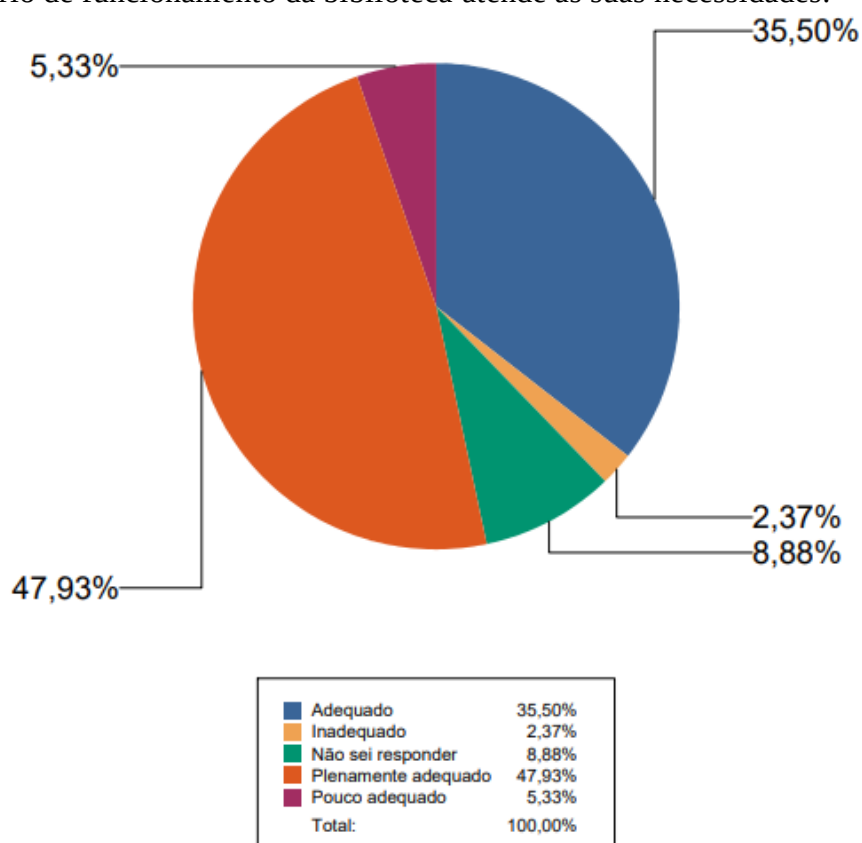
7 – Como você avalia o acervo da biblioteca (livros, revistas etc.) quanto à atualização, em face das necessidades curriculares do curso?



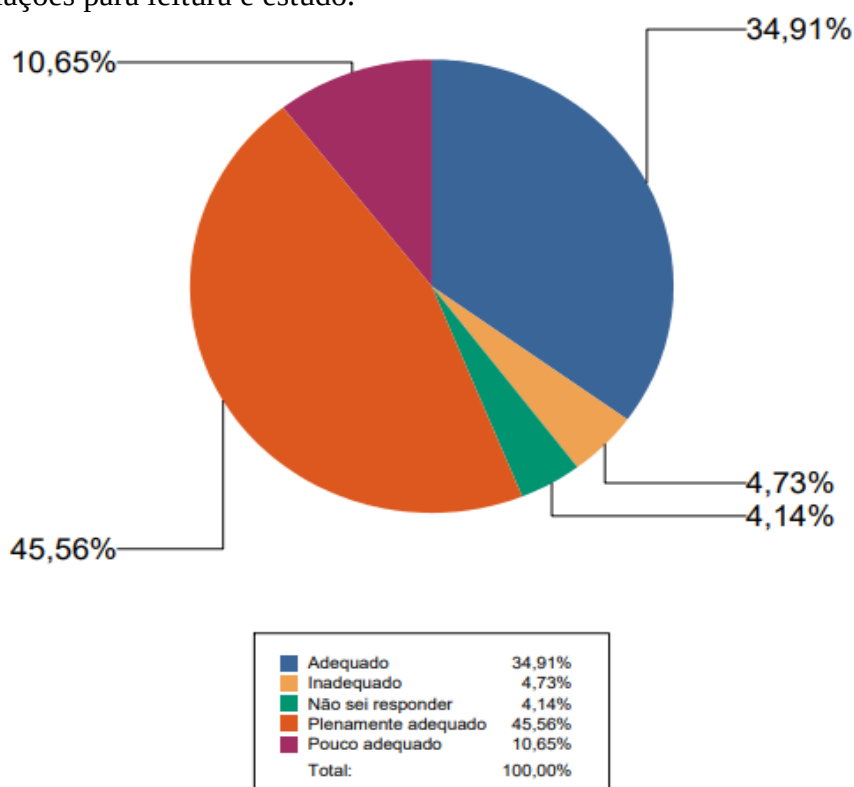
8 – Com relação ao acervo da biblioteca (livros, revistas etc.) mais utilizado no curso, o número de exemplares disponíveis na biblioteca atende ao alunado?



9 – Horário de funcionamento da biblioteca atende às suas necessidades.

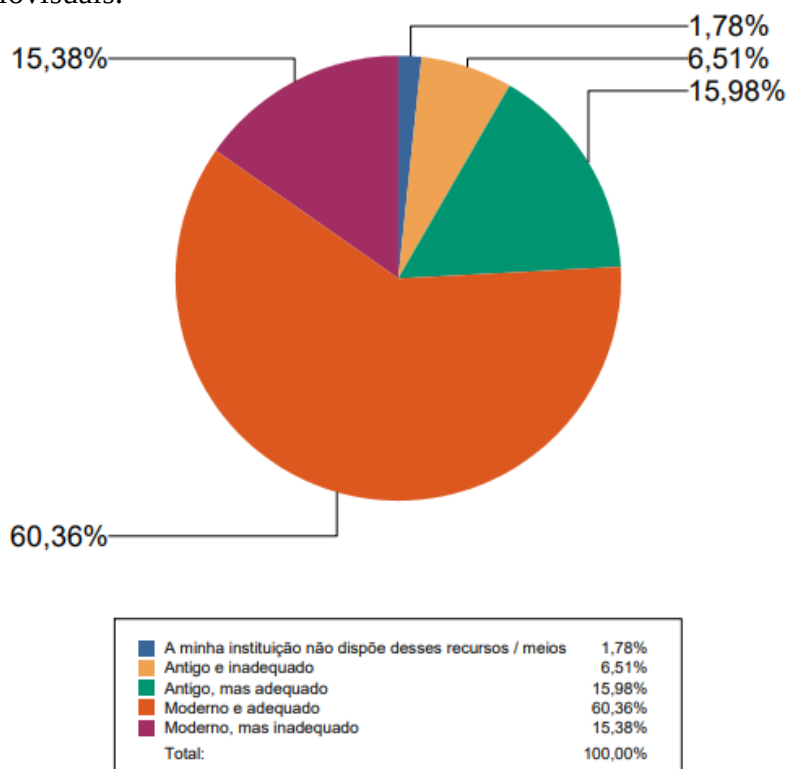


10 – Instalações para leitura e estudo.

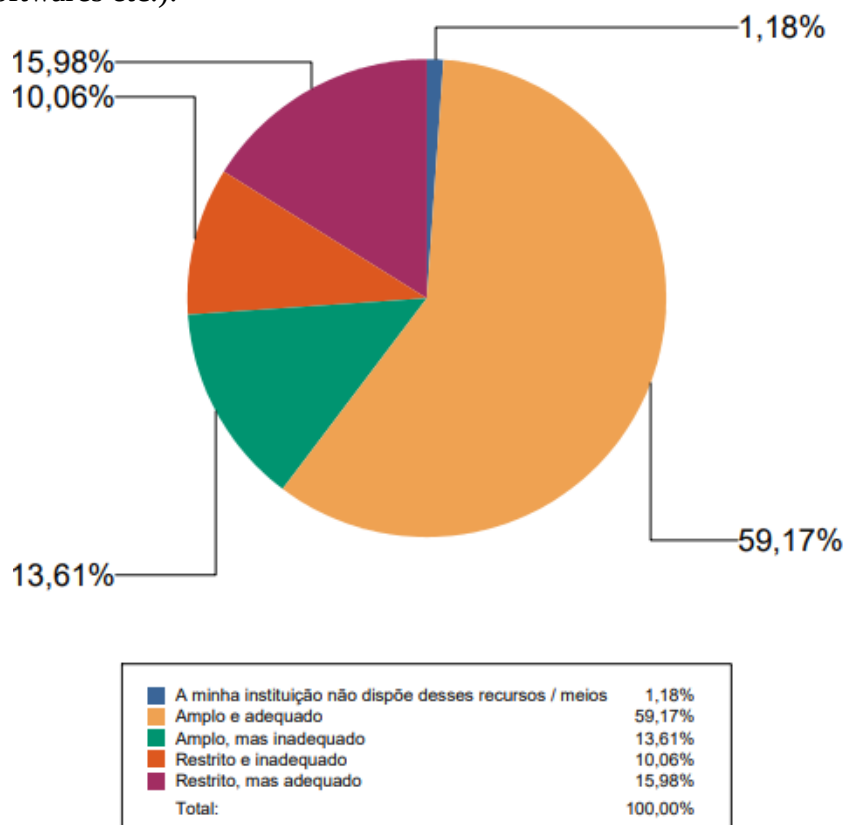


Nas questões 11 e 12, indique como você caracteriza o uso dos recursos especificados nas atividades de ensino e aprendizagem do curso.

11 – Recursos audiovisuais.

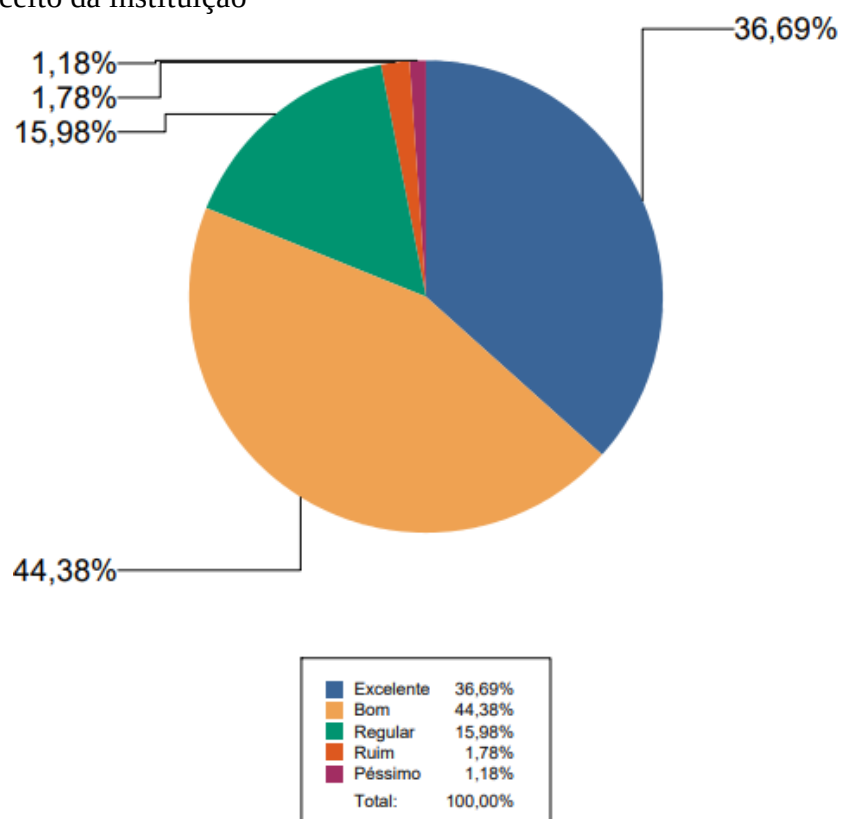


12 – Meios de tecnologia educacional com base na informática (computadores, acesso à internet, softwares etc.).

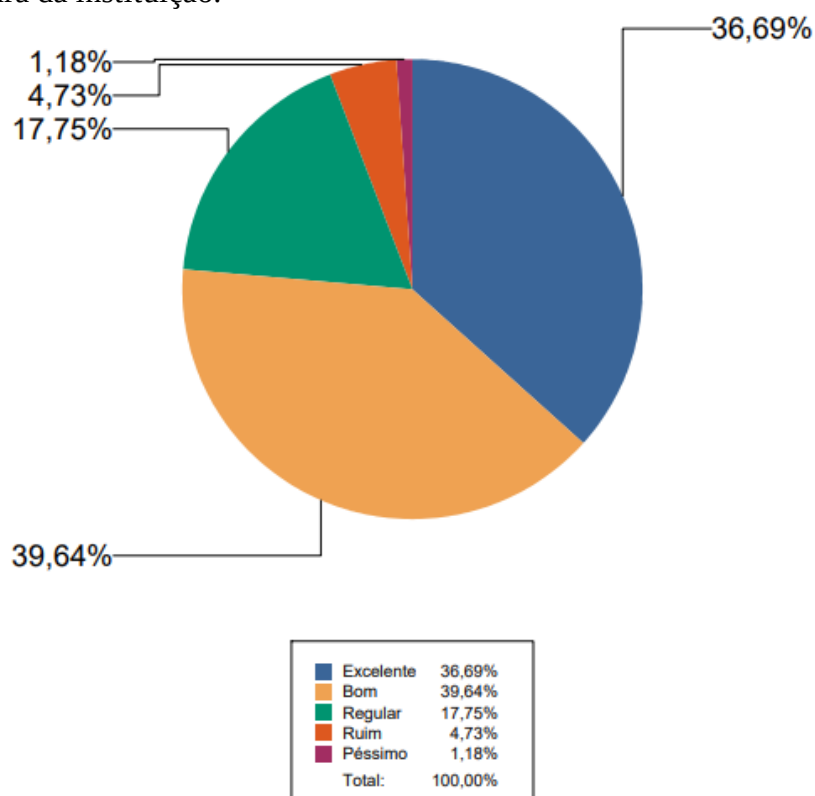


Nas Questões 13 a 30, indique como você avalia cada um dos aspectos indicados.

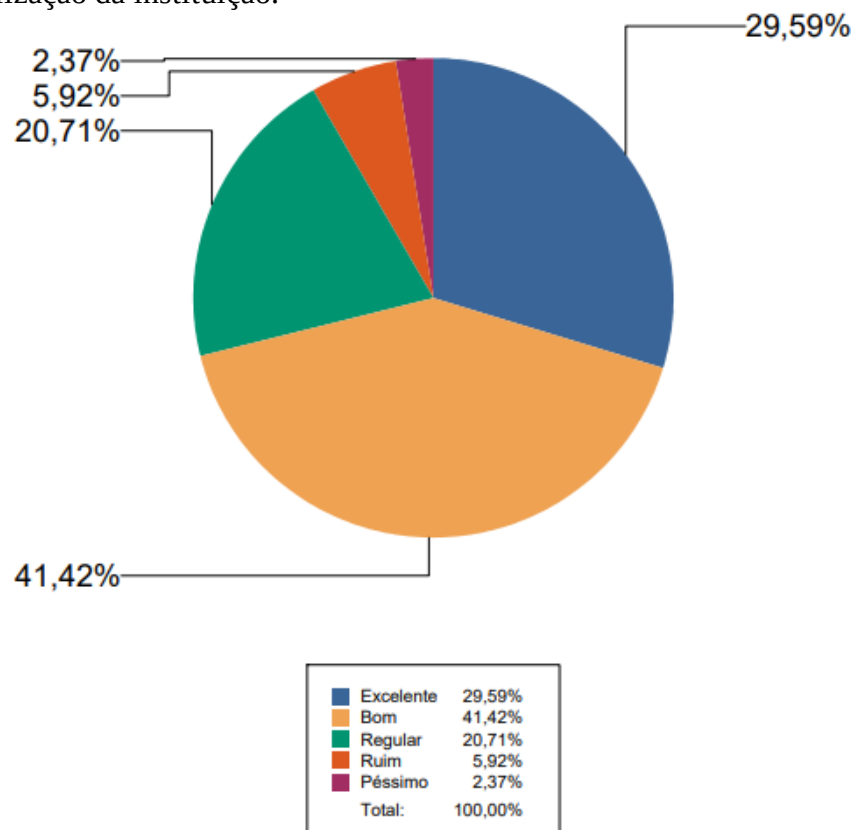
13 – Conceito da instituição



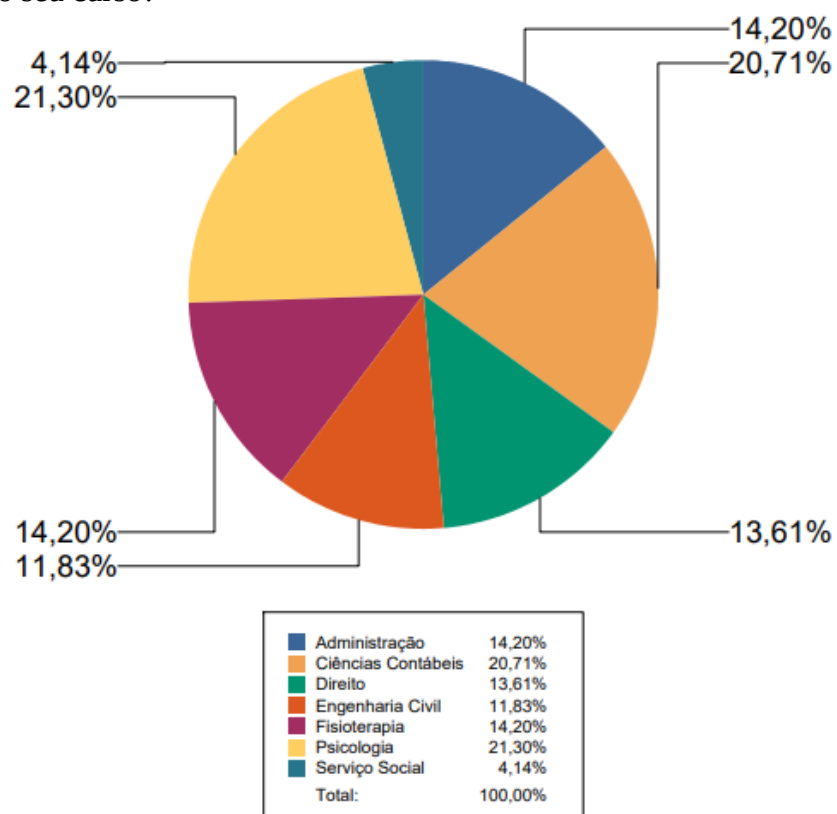
14 – Estrutura da instituição.



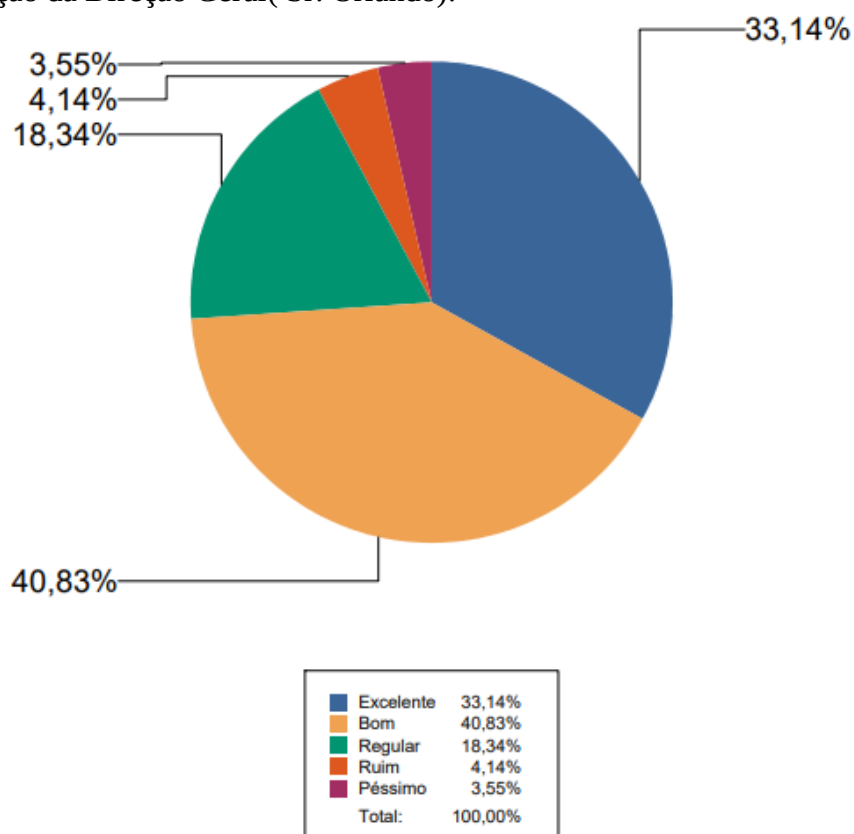
15 – Localização da instituição.



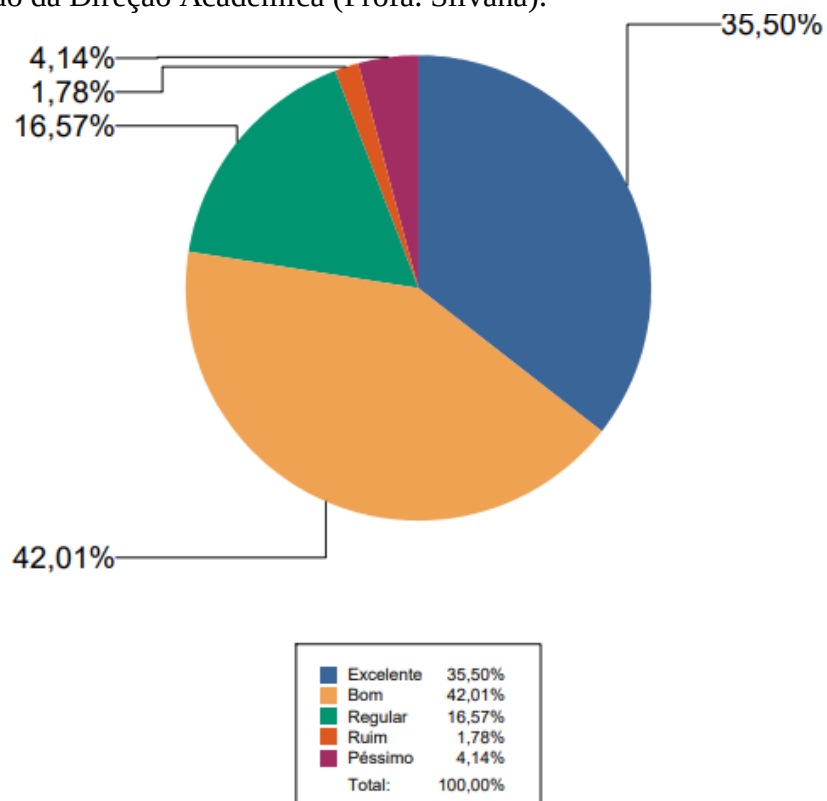
16 – Qual o seu curso?



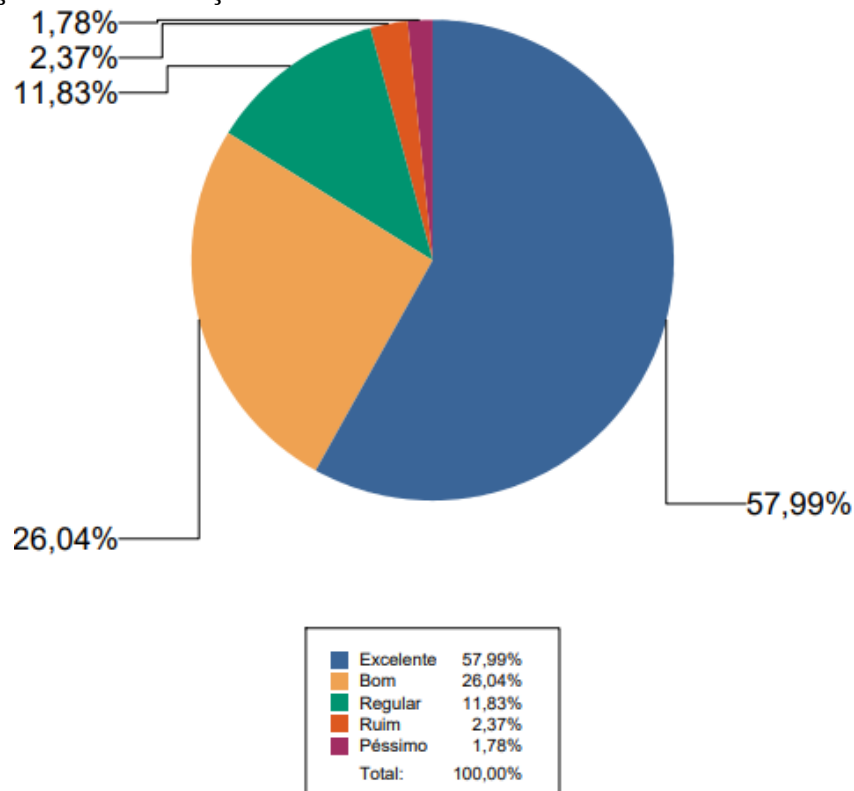
17 – Atuação da Direção Geral(Sr. Orlando).



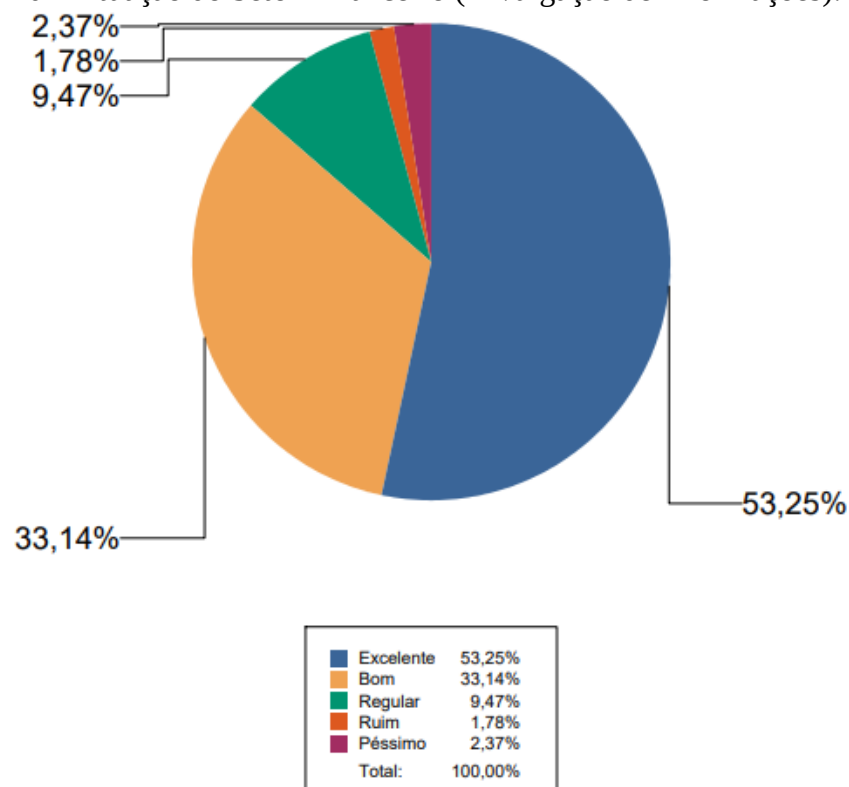
18 – Atuação da Direção Acadêmica (Profa. Silvana).



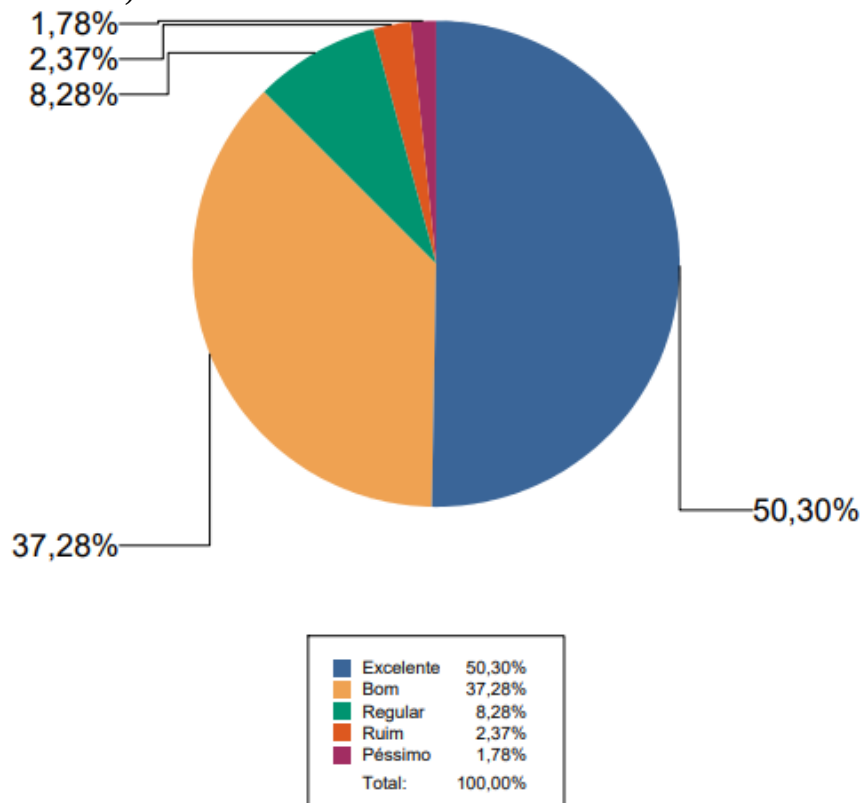
19 – Atuação da Coordenação do seu curso.



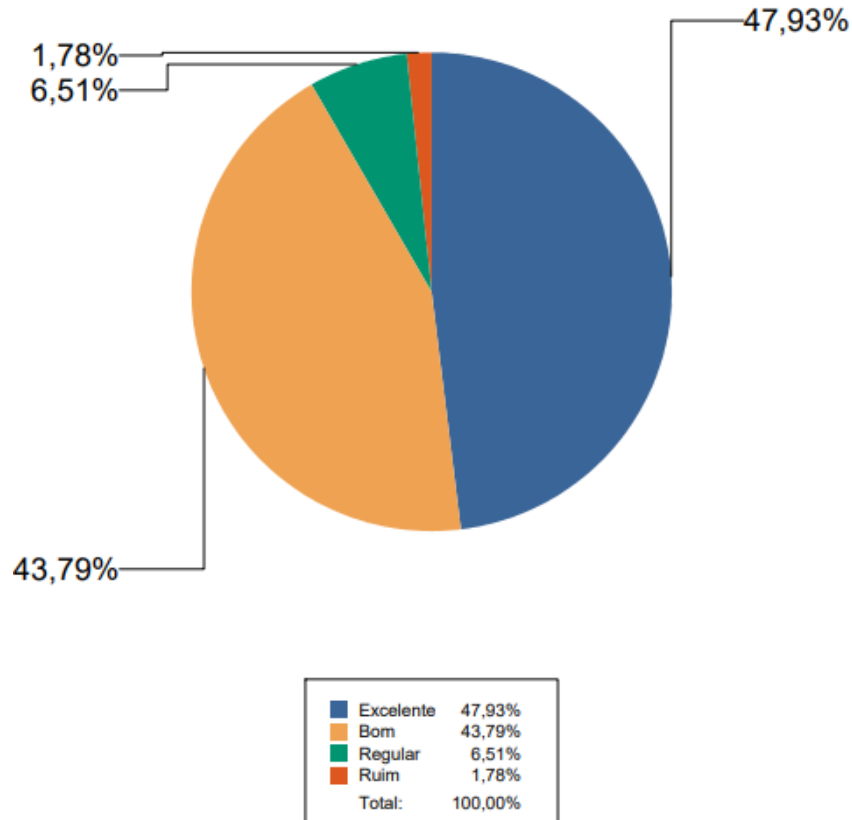
20 – Atuação do Setor Financeiro (Divulgação de informações).



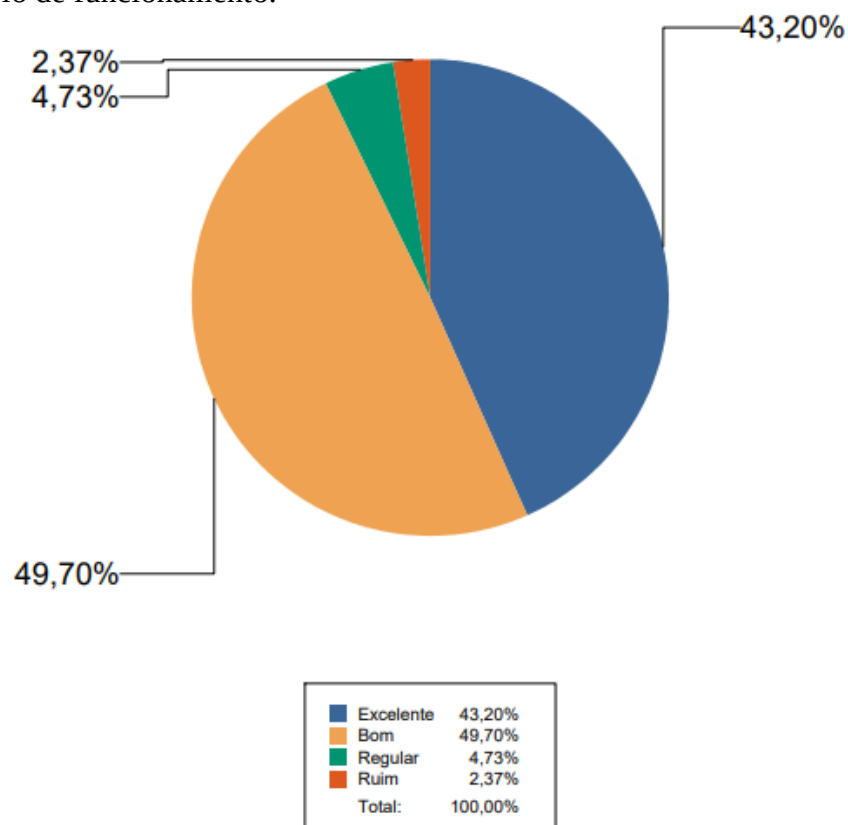
21 – Atuação do Setor Financeiro (Apoio às atividades relacionadas a FIES, PROUNI e Bolsa FACIBI).



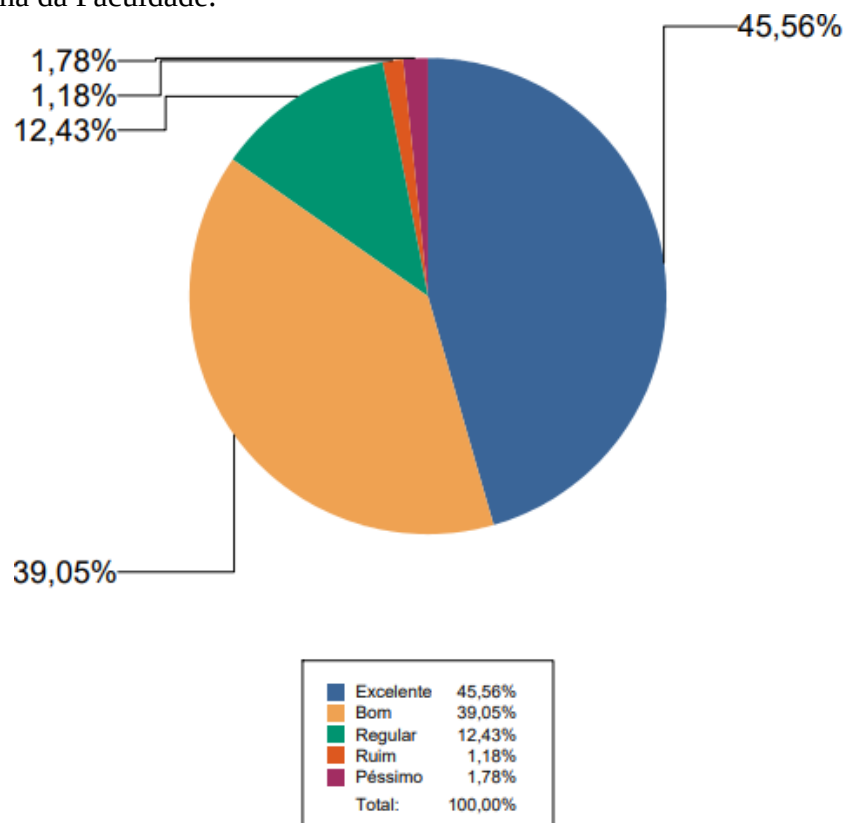
22 – Quadro de funcionários.



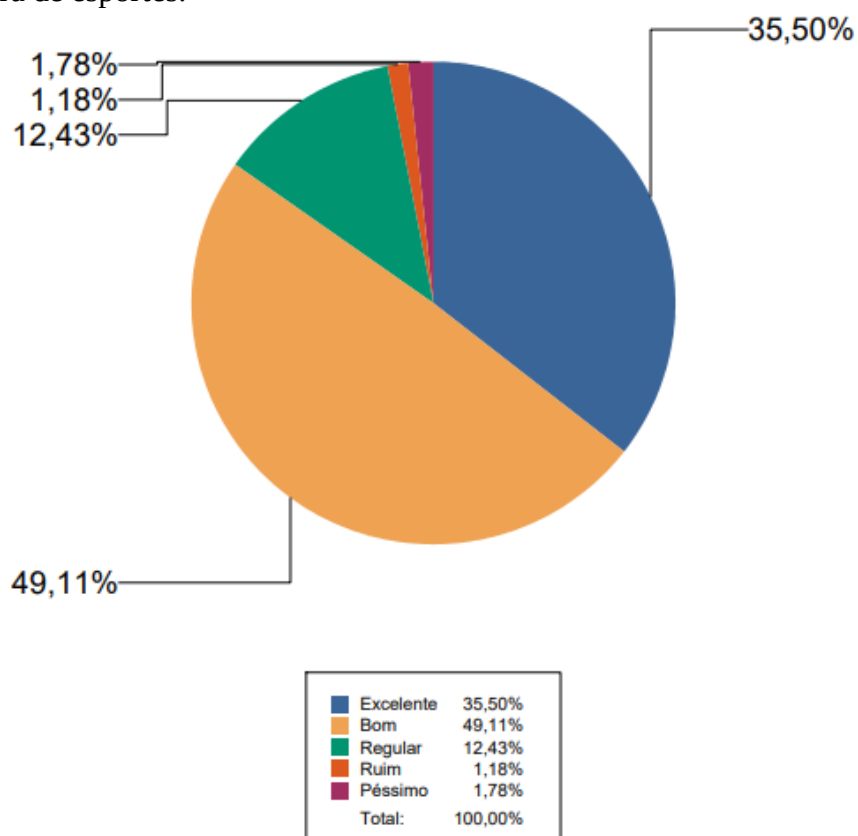
23 – Horário de funcionamento.



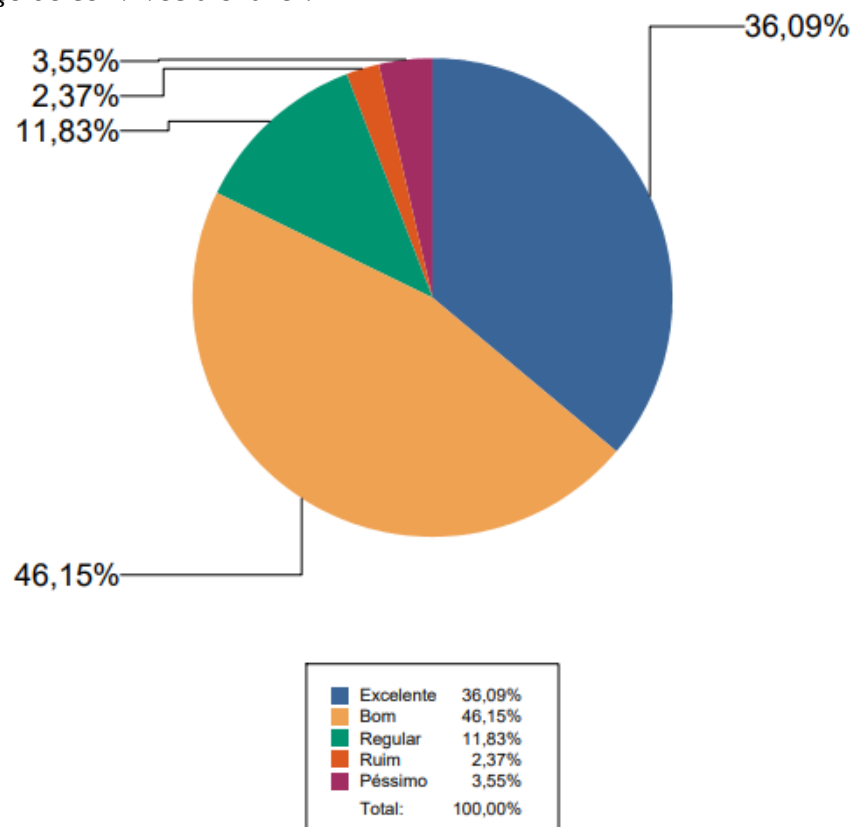
24 – Cantina da Faculdade.



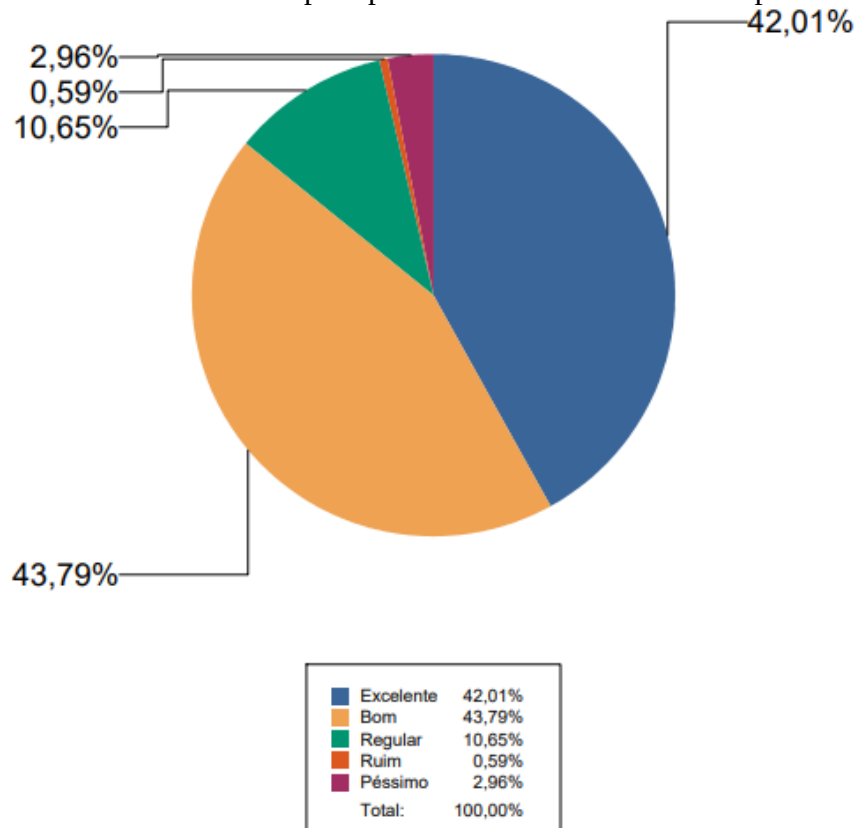
25 – Quadra de esportes.



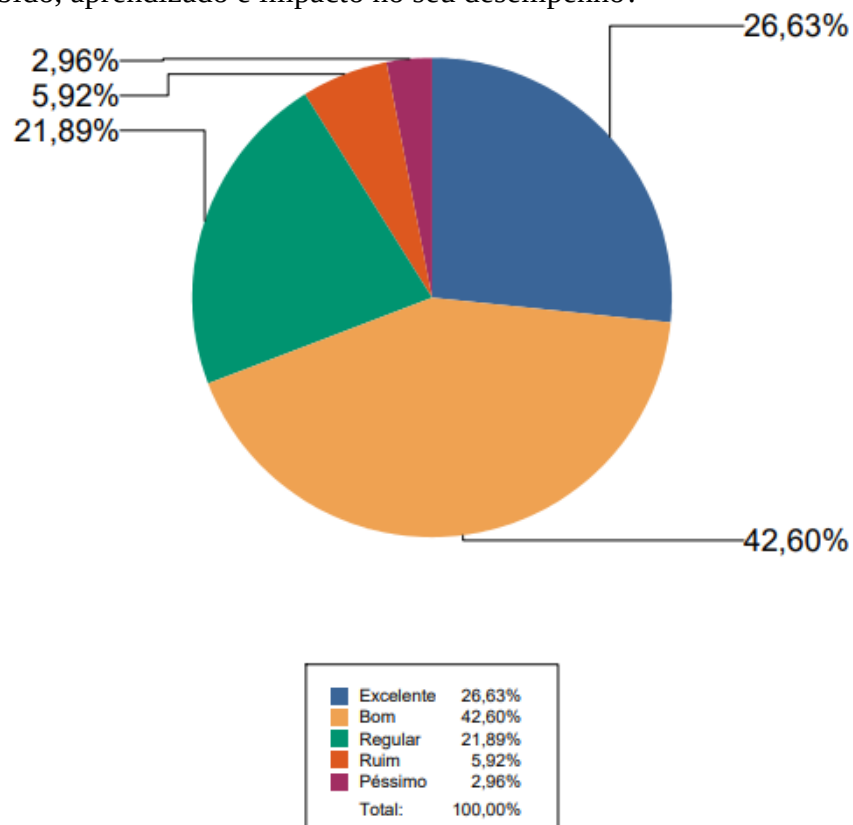
26 – Espaço de convivência e lazer.



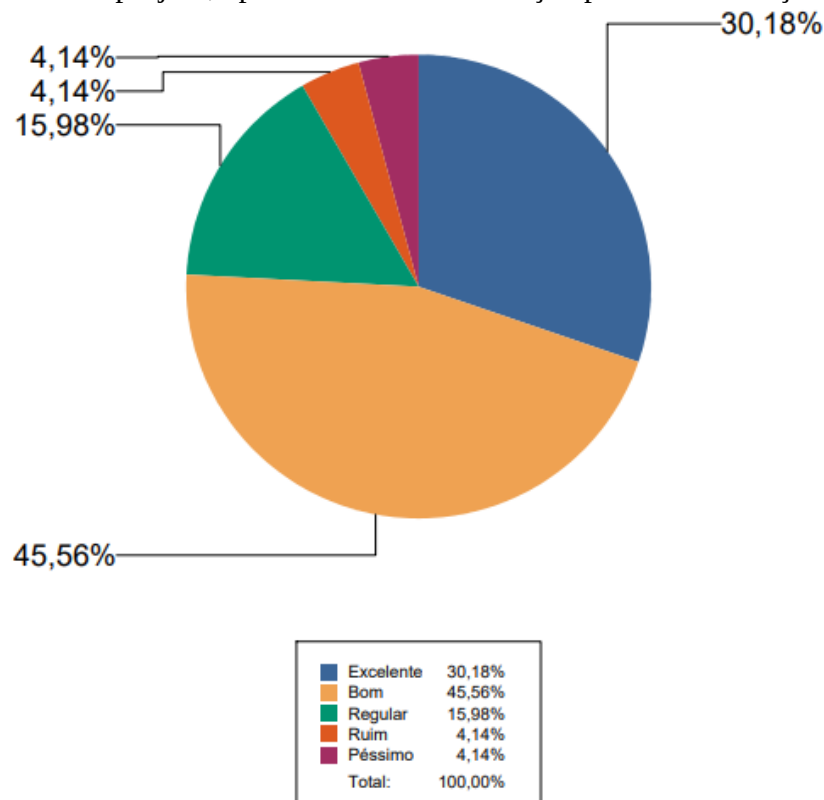
27 – Acessibilidade da faculdade para portadores de necessidades especiais.



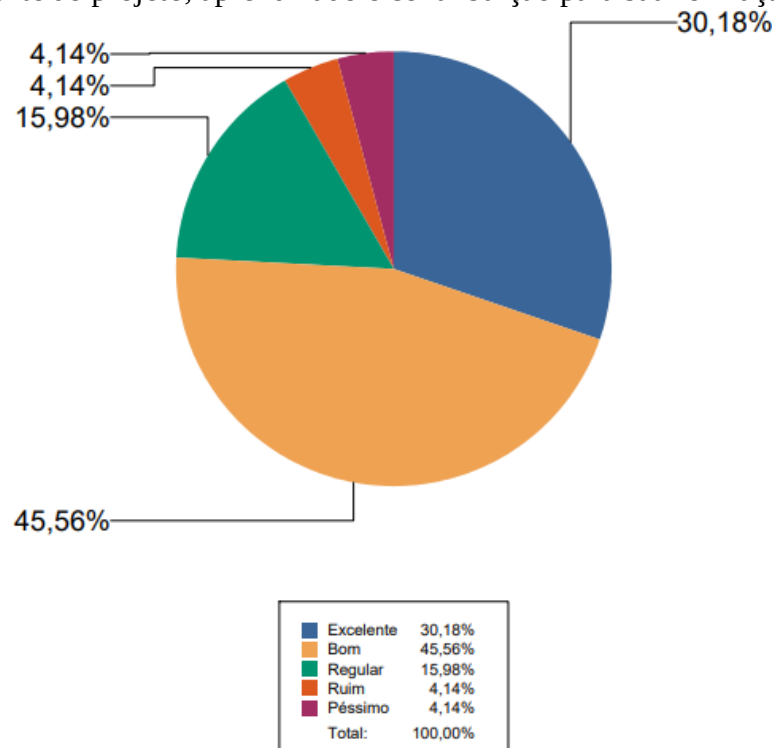
28 – Como você avalia a experiência no projeto de monitoria da faculdade, considerando apoio recebido, aprendizado e impacto no seu desempenho?



29 – Como você avalia sua participação na Iniciação Científica, considerando orientação, desenvolvimento do projeto, aprendizado e contribuição para sua formação acadêmica?



30 – Como você avalia sua participação na Iniciação Cinética, considerando orientação, desenvolvimento do projeto, aprendizado e contribuição para sua formação acadêmica?



9. AÇÕES PREVISTAS PARA 2026 COM BASE NA AUTOAVALIAÇÃO

Abaixo estão descritas as ações propostas para obtenção de melhorias com base na análise dos resultados da Avaliação Institucional da Faculdade Ibiapaba, ano base 2025.

EIXO	DIMENSÃO	QUESTÕES CONTEMPLADAS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Planejamento e avaliação institucional	Planejamento e avaliação	• Intensificar a divulgação e compreensão do PDI e PPC junto a estudantes, docentes e técnicos. • Realizar seminários semestrais de planejamento institucional participativo. • Aperfeiçoar os instrumentos da CPA com foco em dados mais analíticos. • Implantar painéis de indicadores (dashboard) para acompanhamento das metas institucionais. • Garantir devolutivas mais rápidas dos resultados da avaliação institucional.
Desenvolvimento Institucional	Missão e PDI Responsabilidade Social	• Fortalecer ações de responsabilidade social na região da Ibiapaba. • Ampliar projetos voltados à sustentabilidade ambiental e inclusão social. • Consolidar a identidade institucional por meio de campanhas internas e externas. • Criar um programa estruturado de acompanhamento do PDI com metas anuais.
Políticas Acadêmicas	Políticas de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação Comunicação com a sociedade Políticas de atendimento aos estudantes	Ensino • Ampliar o uso de metodologias ativas (PBL, sala invertida). • Realizar capacitações docentes contínuas. • Melhorar a preparação para o ENADE (simulados e campanhas). • Reforçar o apoio psicopedagógico e programas de nivelamento.

		- Avaliar continuamente infraestrutura de salas e laboratórios. Pesquisa - Implantar/editais de iniciação científica com bolsas institucionais. - Incentivar produção científica com metas por curso. - Promover eventos científicos interdisciplinares. - Criar política de incentivo à publicação. Extensão - Ampliar projetos de extensão com impacto social. - Fortalecer parcerias com comunidade e instituições locais. - Estimular participação discente em ações extensionistas. - Divulgar amplamente as ações realizadas. Pós-graduação - Expandir cursos lato sensu alinhados às demandas regionais. - Estruturar políticas para futura oferta de programas stricto sensu. - Integrar graduação e pós-graduação em projetos conjuntos. Outras demandas - Ampliar programas de: - Apoio psicopedagógico - Nivelamento acadêmico - Implantar ações de acompanhamento do estudante (ingresso → egresso). - Fortalecer a participação estudantil. - Melhorar espaços de convivência, esporte e cultura.
--	--	--

Políticas de Gestão	Políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e técnico administrativo Organização da gestão da IES Sustentabilidade Financeira	• Implantar programas contínuos de capacitação docente e técnica. • Aperfeiçoar avaliação de desempenho institucional. • Fortalecer a gestão participativa. • Atualizar e consolidar o plano de carreira docente. • Melhorar integração entre setores acadêmicos e administrativos. Políticas de Atendimento aos Estudantes • Ampliar programas de: ○ Apoio psicopedagógico ○ Bolsas e financiamento • Implantar ações de acompanhamento do estudante (ingresso → egresso). • Melhorar espaços de convivência, esporte e cultura.
Infraestrutura	Infraestrutura física	• Implantar melhoria : • Laboratórios • Equipamentos tecnológicos • Biblioteca (acervo e quantidade de exemplares) • Ampliar acesso à tecnologia (computadores e internet). • Criar plano de manutenção preventiva da infraestrutura.
Em linhas gerais observa-se a aceitação de mais de 79% de toda a comunidade acadêmica acerca dos processos planejados, executados e monitorados pela Faculdade Ibiapaba. Pretende-se manter todos os processos em andamento e qualificá-los permanentemente, sendo nosso principal foco a socialização do PDI e PPC de cada curso de forma que os alunos e demais atores do processo os conheçam de forma adequada. bem como a melhoria em seus laboratórios e programa de monitorias.		

10. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Fev/2026
ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS	X	X					
SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA		X	X				
APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS					X	X	
TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS						X	
SOCIALIZAÇÃO							X

11. SOCIALIZAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional em 360° realizada pela CPA é um processo contínuo, por meio do qual a Faculdade Ibiapaba ressignifica suas ações, buscando compreender os propósitos de um conjunto de atividades que possam aperfeiçoar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, bem como a excelência na qualidade da educação superior, a fim de alcançar maior relevância social.

É oportuno ressaltar que a divulgação dos resultados da avaliação realizada deve ser acompanhada de uma atividade reflexiva por parte dos envolvidos, objetivando traçar planos de melhoria articulados com a administração institucional. Para tanto, a Faculdade Ibiapaba reúne toda a comunidade acadêmica envolvida no processo para socializar e discutir sobre os resultados. Além da socialização verbal (Figura.1), o relatório final é disponibilizado no site oficial da Instituição.

Embora a CPA da Faculdade Ibiapaba esteja empenhada em garantir a transparência e idoneidade do processo de avaliação institucional, deve-se ressaltar que não é objetivo da comissão padronizar as formas de análise dos resultados, diante de uma comunidade acadêmica tão rica que compõe o ambiente acadêmico da Faculdade Ibiapaba, comunidade esta composta por docentes, discentes, técnicos administrativos, e sociedade ibiapabana. Dessa forma, entendemos que há múltiplos caminhos e meios de se explorar os resultados obtidos na avaliação. É de interesse da CPA que os resultados cheguem aos interessados e que em uniformidade possam ser pensadas estratégias de ações eficazes para o acompanhamento e efetivação de melhorias.



Figura 01. Socialização dos resultados obtidos na avaliação institucional ano base 2025.

12. OUTRAS AÇÕES DESEVOLVIDAS

Um dos objetivos da Faculdade Ibiapaba é promover a interação faculdade-comunidade com esclarecimento e conscientização da população nos âmbitos pessoais, sociais e profissionais, promovendo uma relação de reciprocidade. Enquanto Instituição de Ensino Superior, temos o compromisso de estabelecer princípios éticos, morais e de responsabilidade social em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão que são influenciadas diretamente pelo conjunto de transformações e mudanças sociais, econômicas e tecnológicas pelas quais passam a sociedade e as Instituições de Ensino Superior.

Pelo nono oitavo ano consecutivo, a Faculdade Ibiapaba se destacou no cenário nacional com a aquisição do Selo Nacional de Responsabilidade Social através da ABMES – Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior. A aquisição do selo ocorreu em virtude dos grandiosos projetos sociais que são realizados por alunos, professores e gestores desta Instituição.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação Institucional na Faculdade Ibiapaba, não se restringe apenas ao cumprimento de uma exigência legal, mas é entendida sempre como busca contínua de excelência da qualidade no desempenho acadêmico, do aperfeiçoamento constante, do planejamento, da gestão compartilhada e do fortalecimento progressivo dos compromissos sociais, da democratização e da transparência nas práticas Institucionais. Os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários foram avaliados por eixo e dimensão, identificando as principais fragilidades e expondo índices resultantes da avaliação feita pela comunidade acadêmica em cada quesito. Estes resultados, portanto, subsidiarão ações que visam melhorias da qualidade do ensino, pesquisa, extensão, planejamento, avaliação e gestão, da efetividade acadêmica e social e do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais, o que envolve o desafio de assegurar os valores democráticos, de dignidade acadêmica, do respeito à diferença e à diversidade e à afirmação da identidade institucional.

Diante disso, a Faculdade Ibiapaba, identifica este relatório como um instrumento de planejamento e desenvolvimento institucional e espera-se contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento da avaliação da gestão institucional que são responsáveis pela formação de profissionais competentes tecnicamente e ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

14. ANEXOS

14.1- Regimento da CPA

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Art. 1º - A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade da Ibiapaba constitui-se, nos termos da lei 10.861/04, no órgão responsável pela condução dos processos de avaliação interna, assim como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP para fins de avaliação institucional.

Art. 2ª - A Comissão Própria de Avaliação – CPA que tem como objetivo geral coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados da Faculdade.

Art. 3º - A avaliação Institucional na Faculdade da Ibiapaba tem como objetivos específicos:

impulsionar um processo contínuo e criativo de autocrítica da Instituição com vistas a garantir um alto padrão de qualidade enquanto instituição prestadora de serviços educacionais; diagnosticar como se efetivam e se relacionam o ensino, a pesquisa e a extensão; reformular e implementar novas políticas que estejam em consonância com o momento histórico respondendo às demandas sociais; envolver todos os segmentos acadêmicos no processo avaliativo tendo-os como parceiros nas ações implementadas com vistas a um aperfeiçoamento contínuo; explicar o propósito da avaliação, cuidar para que todo o processo seja permeado pela transparência, flexibilidade e ética; aperfeiçoar a visão crítica quanto aos aspectos teóricos, metodológicos e práticos da avaliação institucional; criar procedimentos avaliativos apropriados ao contexto específico da Instituição; aprimorar a sensibilidade pessoal e profissional no exercício da avaliação; buscar permanentemente a qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, bem como o gerenciamento eficiente, ético e relevante dos recursos humanos e materiais, expressados em compromissos científicos e sociais; orientar a expansão da oferta dos cursos da IES; buscar permanentemente a qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, bem como o gerenciamento eficiente, ético e relevante dos recursos humanos e materiais, expressados em compromissos científicos e sociais; e aferir a contribuição, o impacto da IES com vistas ao desenvolvimento econômico e social da comunidade local e regional, que se beneficiará das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas na Faculdade.

Art. 4º - A CPA deverá atuar de forma autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados da Faculdade, devendo conduzir a avaliação institucional a partir da análise das dez dimensões estipuladas no art. 3º da Lei 10.861/04:

- I. a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. a comunicação com a sociedade
- V. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. organização e gestão da instituição, sua relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. planejamento e avaliação, processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. políticas de atendimento aos estudantes;
- X. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Parágrafo Único - As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional, estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, tem como base o documento Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, da CONAES e divulgado pelo INEP.

Art. 5º - A CPA será composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representante da comunidade externa, impõe-se ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades: I. 01 (um) representante da Diretoria Geral, indicado pelo Diretor;

- II. 02 (dois) Representantes dos Docentes, indicado pelos seus pares;
- III. 02 (dois) Representantes dos Técnico-Administrativos, indicados pelos seus pares;
- IV. 02 (dois) Representantes dos Discentes, indicados pelos seus pares;
- V. 02 (dois) Representantes da Sociedade Civil Organizada, indicados pela Mantenedora.

§ 1º O mandato dos membros da Comissão é de dois anos, podendo haver recondução.

§ 2º A Comissão escolhe, dentre seus membros, um Coordenador e um Relator.

§ 3º As reuniões da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em sessão ordinária, acontecem trimestralmente, ou, em caráter extraordinário, quando convocadas pelo coordenador ou pela maioria dos seus membros.

§ 4º O membro que falta a 25% das reuniões ordinárias sem justificativa, durante o ano, é destituído da Comissão.

§5º A reunião inicia com a presença da maioria simples de seus membros, nos primeiros quinze minutos do horário estabelecido para início e, após esse período, com qualquer número de presentes.

§6º Na ausência do coordenador, assume a coordenação da reunião um membro escolhido pelos presentes.

Art. 6º - A Avaliação Institucional da Faculdade da Ibiapaba terá como modalidades: a **autoavaliação**, coordenada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional da CONAES; e a **avaliação externa *in loco***, a ser realizada por comissões designadas pelo INEP/MEC, tendo como referências os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações:

Dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;

Dados sobre o Desempenho dos Estudantes da IES no ENADE, disponíveis no momento da avaliação;

Relatórios de avaliação dos cursos de graduação da IES, produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Cursos, disponíveis no momento da avaliação;

Dados do Questionário Socioeconômico dos Estudantes, coletados na aplicação do ENADE;

Relatório da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;

Relatórios e conceitos da CAPES para os Cursos de Pós-graduação da IES, quando houver; e

Documentos sobre o credenciamento da IES e seu último credenciamento, quando for o caso.

Art. 7º - A autoavaliação institucional nesta IES abrangerá todos os segmentos e deve ser um processo cíclico, de reflexão e autoconsciência institucional.

Parágrafo Único - Todos os membros da comunidade acadêmica – gestores, professores, alunos, técnicos – administrativos ex-alunos e outros grupos sociais relacionados serão chamados a se envolver nos processos avaliativos para a integração, articulação e participação.

Art. 8º - A autoavaliação institucional compreenderá a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas, sendo assegurado a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos.

Art. 9º - Na autoavaliação institucional serão desenvolvidas as seguintes atividades: realização de reuniões ou debates de sensibilização; sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões; realização de seminários formalização da Comissão Própria de Avaliação - CPA para planejar e organizar as atividades; definição da composição dos grupos de trabalho construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais, etc.; definição da

metodologia de análise e interpretação dos dados; definição de formato do relatório de autoavaliação; implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações; elaboração de relatórios; e organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

Art. 10º - A autoavaliação institucional terá como fases metodológicas:

sensibilização - discussão e análise do projeto de autoavaliação com posterior divulgação a comunidade interna (alunos, professores e técnicos administrativos) e externa (pais, setor produtivo, órgãos governamentais e não governamentais); **diagnóstico** – diagnosticar as condições de funcionamento da Faculdade nas dimensões: pessoal, material e física, levantando indicadores quantitativos e qualitativos sobre o funcionamento da Instituição em seus vários setores, fornecendo uma visão globalizada das ações acadêmicas; e despertar a comunidade acadêmica (gestores, coordenadores de cursos, professores, alunos e funcionários) para a conscientização dos fatores determinantes para atingir a melhor qualidade e o sucesso do ensino, da pesquisa, da extensão e dos serviços, estimulando-os a uma reflexão permanente, participativa e autocrítica acerca dos resultados apresentados; **avaliação interna** – de caráter qualitativo, adotará a perspectiva quantitativa, optando pela combinação de instrumentos de pesquisa (questionários e pesquisa documental) que possibilitem traçar um diagnóstico da Instituição e avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional; **relatório final** – síntese consolidando todas as informações obtidas nas análises parciais realizadas: análise documental, grupo focal, respostas abertas e respostas objetivas ao questionário, avaliação pelos usuários dos serviços da IES (uma versão preliminar do Relatório Final deverá ser enviada aos diversos setores e cursos da instituição para revisão e validação; os comentários e sugestões recebidos serão avaliados pela CPA para, então, elaboração do Relatório Final. **divulgação** - apresentação pública (comunidade interna e externa) por meio de cartazes, banners e pôsteres, e discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores, utilizando diversos meios: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros; e **balanço crítico: consolidação** - análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Art. 11º - A escolha das dimensões e a definição de indicadores resultarão da combinação de metodologias existentes e na elaboração de novos indicadores necessários.

Parágrafo único - Os indicadores quantitativos e qualitativos serão utilizados para diagnosticar, descrever, interpretar e avaliar a realidade de cada setor, seus pontos fortes e fracos, possibilitando documento síntese.